

ELDA MARIA FREIRE MACIEL

BH/UFC

**O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-
TERRA NO CEARÁ: UM NOVO MOVIMENTO SOCIAL?**

**Fortaleza-Ce
2000**

ELDA MARIA FREIRE MACIEL

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA NO CEARÁ: UM NOVO MOVIMENTO SOCIAL?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará para obtenção do título de Mestre em Educação Brasileira sob a orientação do Prof. José Ribamar Furtado, PhD.

Fortaleza-Ce

2000

BH/UFC

Ao MST por sua luta pela vida!

AGRADECIMENTOS

À Minha Família que me ensinou a viver e a lutar constantemente!

À comunidade acadêmica da Faculdade de Educação de Crateús que me apoiou durante todo o percurso do Mestrado.

Ao Professor Ribamar Furtado meu orientador pela calma e sabedoria ao me deixar alçar vôos nesta pesquisa.

À Coordenação do Programa de Pós- Graduação, especialmente, a Profa. Eliane Dayse que me apoiou em diversos momentos difíceis desta investigação.

A Profa. Sandra Petit pela compreensão e paciência!

Aos militantes do MST e aos seus dirigentes pelo apoio a este estudo!

Finalmente, aos incógnitos que direta ou indiretamente ajudaram na produção deste trabalho e que conviveram com a autora durante toda esta experiência.

RESUMO

Esta pesquisa trata de caracterizar o MST a partir de sua prática formativa como sendo um novo movimento social. Objetiva contribuir na formação política de seus militantes ao tentar compreender tal movimento através dos discursos e práticas sociais que tais sujeitos desenvolvem em seu cotidiano de luta pela reforma agrária extraindo daí, o seu caráter educativo e formador de novas consciências sociais. É essencialmente descritiva tendo como delineamento metodológico um estudo de caso cuja unidade de pesquisa é a Direção Estadual do movimento. Opta-se por trabalhar com dez dirigentes como sujeitos das entrevistas as quais são semi-estruturadas. A análise ancora-se por categorias onde discute-se a estreita relação entre os referenciais teóricos que a norteiam e os dados obtidos em campo. Os resultados obtidos demonstram que o pertencer ao MST traduz-se em uma nova dimensão na vida desses sujeitos sociais através de sua prática cotidiana de enfrentamento a injusta estrutura agrária brasileira levando-os a assumirem uma resistência peculiar de ocupações, caminhadas e místicas singulares. Conclui-se, portanto, que o MST caracteriza-se como um novo movimento social porém colocando-se numa perspectiva de superação às concepções atribuídas aos denominados novos movimentos sociais.

Palavras-chave: 1)Pertença; 2)Cotidiano; 3)Resistência.

ABSTRACT

This research intends to characterize MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) through their formative as new social movement. The main aim of this research is contribute in the political formation of their social fighters. To reach our aim, we intend to understand such movement through the discourse of their participants, as well as their socialization in the daily fight to reach agrarian reform. With this struggle, they extract an educational character, that is, a way to form new consciences. Our work is essentially descriptive and the methodology reveals a Case Study, whose unity of research is the Direction of State Movement. We opted to work with ten directors as subjects of the semi-structured interviews. The analysis is supported by categories which lead us to discuss the relationship between the theoretical references and the data which were collected in the empirical field. We conclude that MST characterizes a new social movement, however it runs in a perspective to go up the conception that are attributed to the movements which are recognized as new social movements.

Key words: 1)Belong 2)Daily 3)Resistance

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 10

1. Os Caminhos da Pesquisa, 17

PARTE I, 22

REFORMA AGRÁRIA: AS CONCEPÇÕES

CAPÍTULO 1, 23

OS DISCURSOS DO ESTADO E DOS TRABALHADORES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

CAPÍTULO 2, 32

OS MOVIMENTOS SOCIAIS: ENTRANDO NO DEBATE CONCEITUAL

1. O MST: a história das lutas, 38

PARTE II, 47

O SER E O AGIR DO MST: CONSTRUINDO NOVAS RELAÇÕES E NOVOS SUJEITOS SOCIAIS

CAPÍTULO 3, 48

A SIGNIFICAÇÃO DE PERTENCER AO MST,

1. O caráter educativo do MST, 62

CAPÍTULO 4, 66

O COTIDIANO: ESPAÇO DE LUTAS E CONTRADIÇÕES

CAPÍTULO 5, 89

RESISTÊNCIA: A BUSCA DA HEGEMONIA POLITICA E CULTURAL

DE VOLTA AO QUESTIONAMENTO INICIAL – O MST É MESMO UM NOVO MOVIMENTO SOCIAL?, 105

i) Lições da pesquisa: implicações coletivas, 106

ii) Teoria e prática: uma emergente contribuição, 107

iii) As limitações e as vantagens de um percurso metodológico, 109

BIBLIOGRAFIA, 111

ANEXO, 118

Desconfiei do mais trivial na aparência
singelo

E examinei, sobretudo, o que parece
habitual.

Suplicamos expressamente: não aceiteis o
que é de hábito como coisa natural,

pois em tempos de desordem sangrenta,

de confusão organizada, de arbitrariedade
consciente, de humanidade desumanizada,

nada deve parecer natural

nada deve parecer impossível de mudar!

(BERTOLD BRECHT)

INTRODUÇÃO

Busca-se na presente investigação centrar a análise no papel formativo desenvolvido pelos movimentos sociais enquanto constituidores de práticas e identidades coletivas de resistência aos problemas do cotidiano de milhares de sujeitos sociais.

Daí o olhar central desta pesquisa voltar-se para um movimento social que espantou a todos os brasileiros nas últimas décadas: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, comumente chamado MST, pois o mesmo trouxe à tona uma realidade que os dominantes julgavam enterrada: a reforma agrária.

Mas não só a questão agrária emerge com esse sujeito coletivo como todos os dissabores entalados na garganta, na barriga, na cabeça, nos pés e nas mãos desses deserdados da terra, isto é, na voz que foi calada, na fome, no conhecimento negado, na submissão ao chão, nas algemas da vida a que foram submetidos milhões de seres sociais que vivem no campo brasileiro.

Todavia, o olhar sobre o MST na presente investigação justifica-se por razões que estão além do impacto de sua aparição no cenário nacional. Trata-se portanto, em primeira ordem, da importância adquirida pelo MST no contexto social e político do País, principalmente, por suas ações que já o levam a ocupar frações significativas do território nacional, implementando por sua própria conta a reforma agrária tão desejada¹. Restando ao Estado apenas administrar a desapropriação legal das terras,

¹ Os dados são significativos: até 1995 o MST em conjunto com outros movimentos sociais conquistaram mil cento e vinte e três assentamentos envolvendo 139.223 famílias. Ao INCRA e aos governos estaduais restou a legalização dos mesmos. Fonte: INCRA e MST(in agenda do MST, 1995).

ou seja, implementar uma política de assentamentos a contragosto já que o mesmo ao longo de décadas não realiza essa tarefa.

No momento atual, o MST organiza-se em vinte e dois estados da Federação, demonstrando sua contundente inserção social em relação a movimentos sociais do campo anteriores a ele, como por exemplo o Movimento dos Agricultores Sem-Terra-MASTER, as Ligas Camponesas dentre outros².

A segunda ordem, trata-se de identificar as características dos atores políticos que pretendem modificar a realidade na qual vivem, especificamente, de um movimento do campo, que ultrapassou os limites de seu espaço social. Ao mesmo tempo, descobrir o papel que esses sujeitos sociais assumem nesse cenário.

Justifica-se ainda investigar tal temática, pela necessidade do conhecimento e da construção de uma trajetória histórica e até mesmo de um acervo bibliográfico, tanto do MST em particular como dos movimentos sociais em geral existentes no Brasil. Pois compreende-se, que os movimentos sociais são fundamentais na elaboração e re-elaboração de novos saberes e práticas sociais de milhares de sujeitos visando mudanças e/ou transformações substanciais para a realidade de suas vidas ou do País.

Os Movimentos Sociais, aqui entendidos como ações coletivas organizadas por grupos ou camadas sociais na resolução de problemas comuns de seu cotidiano ou, como "...uma forma de organização da classe trabalhadora, tomando-se por base os grupos populares, ou as camadas populares, ou ainda os setores populares" (FERNANDES, 1996:21).

Tais movimentos, tem sido objeto de estudo da pesquisa social já há algumas décadas, por autores como CAMACHO(1985), GOHN(1994), SCHERER-WARREN(1996), GRZYBOWSKI(1987), SADER(1995) e

² Inclusive, ressalta-se o seu reconhecimento e apoio internacional de diversas organizações sociais tendo em vista que em 1991, recebeu o Prêmio Nobel Alternativo, conjuntamente com a Comissão Pastoral da Terra- CPT, por suas lutas a favor da reforma agrária e respeito à vida(FERNANDES, 1996:242).

outros, buscando identificá-los, como construtores de organização e espaços políticos ao permitirem "...o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar..."(GRZYBOWSKI,1987:59); ao mesmo tempo em que desenvolvem a consciência de lutar por direitos negados, de conquistar a cidadania coletiva capaz de ser constituidora de novos sujeitos históricos e que é construída no cotidiano dos mesmos envolvendo um verdadeiro processo de identidade político-cultural engendrada pelas lutas cotidianas (GOHN:1994:16-17).

O MST como um desses movimentos sociais, tem sido objeto de análise de vários pesquisadores como MARTINS(1997)*, FERNANDES(1996)*, D'INCAIO(1997)*, PETRAS(1997)*, ANDRADE(1997)*, NAVARRO(1997)*, VARELLA(1997)*, KNIJNIK(1997)*, BEZERRA NETO(1999), VOESE(1998) dentre outros, sobre diversos aspectos: o da participação na construção da democracia no País; da produção nos assentamentos; da contribuição ao Direito, da ação no campo educacional; da análise do discurso, dentre outros.

Além, de ser alvo de elaborações teóricas de atores políticos organicamente vinculados ao mesmo. Como STÉDILE(1991; 1993; 1997, 1999) e CALDART(1987; 1990; 1997, 2000) que enfocam a luta do MST pela reforma agrária e por seu envolvimento com a educação.

Em torno da discussão sobre o MST no entanto, evidencia-se uma preocupação sobre os movimentos sociais como um todo relacionada as reais forças e possibilidades de futuro dos mesmos, pois como lembra GRZYBOWSKI(1987:88):

* In STÉDILE, J. A reforma agrária e a luta do MST, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

* Idem

Os movimentos sociais, do campo ou da cidade, abrem e constróem alternativas, mas por si sós se tem revelado incapazes de mudar o Estado, a relação de hegemonia e poder que dá substância à dominação do Estado.

Daí a importância da multiplicação desses movimentos já que os mesmos abrem possibilidades para a construção de alternativas, de espaços, além de criarem formas novas de se organizar e interferir na vida econômica e política. Porém as possibilidades só se efetivam num processo de oposição e luta entre as classes sociais (idem).

Evidentemente, concorda-se com MARTINS(1997:64-5)³, quando percebe no MST, um grande movimento de modernização e ressocialização das populações do campo brasileiro. Impondo aos dominantes à adoção de medidas protelatórias à questão agrária, ao mesmo tempo em que questiona resquícos de um Estado Oligárquico e latifundista que ainda impera no país. Dessa maneira, o movimento é “...essencialmente modernizador, muito mais modernizador do que o capital que se compôs com a grande propriedade fundiária”(idem).

Pelas considerações anteriores, explicita-se o interesse pessoal da pesquisadora na análise da presente temática porém, faz-se necessário mencionar como se deu o envolvimento, ou melhor dizendo, o encontro com a mesma. Sem dúvida que as atividades profissionais vivenciadas como professora da Universidade Estadual do Ceará-UECE, lecionando disciplinas na área de Sociologia da Educação na Faculdade de Educação de Crateús- FAEC, onde se discutia a relação pedagógica existente nos movimentos sociais propiciadora de questionamentos à ordem social vigente, foram de fundamental importância.

Outros fatores tornaram-se relevantes nesse encontro, como por exemplo, as visitas que a referida Faculdade faz a alguns assentamentos da

região para conhecimento de suas práticas educativas bem como, o desenvolvimento do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos dos Assentamentos de Reforma Agrária- PRONERA.

Mescla-se no entanto a esses fatores, um desejo também pessoal comungado com tais sujeitos sociais de transformar a realidade social erigida sob a égide do capital. Onde a humanidade seja evidenciada e não a mercadoria; a natureza e não sua destruição; o conhecimento e não a ignorância; a transcendência humana e não sua exploração.

Evidentemente que a existência e a conjunção dos elementos acima, favoreceram o surgimento da presente temática sob a forma de questões, dúvidas, problemas e que portanto, para seu equacionamento necessitava-se não somente de visitas aos assentamentos mas sobretudo, de uma investigação científica capaz de distanciar-se de respostas comumente percebidas na literatura sobre a caracterização do MST como sendo um movimento de luta pela terra, pela reforma agrária.

Daí a problemática deste trabalho ser oriunda de um debate conceitual sobre o que são os movimentos sociais e as caracterizações que foram absorvendo em seu processo de luta, isto é, se são considerados 'velhos' ou 'novos' movimentos sociais a partir da análise de suas práticas.

A distinção entre 'novos e velhos' movimentos sociais⁴, dá-se em função das posturas adotadas frente a resolução dos diversos problemas sociais existentes, ou seja, resolve-se as questões na perspectiva de projetos globais como por exemplo: a transformação revolucionária do sistema social; ou na de soluções de problemas do cotidiano, imediatas, sem o necessário questionamento da ordem social estabelecida.

Ora é pois no âmago desse debate que se busca aqui, perceber no MST, no tocante às suas posturas teórico-práticas, características que

³ MARTINS, J.de S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In STÉDILE, 1997:64-5.

⁴ No capítulo 2 aborda-se tal discussão.

possam identificá-lo enquanto um novo movimento social ou ainda, se supera tal configuração metodológica, especialmente sob a ótica dos discursos e da práxis dos sujeitos sociais diretamente a ele vinculados: seus militantes. Daí que a questão central sintetiza-se assim: O MST a luz de sua prática formadora pode ser caracterizado como um novo movimento social?

Tal análise faz-se necessária, principalmente, porque nos primeiros contatos com os militantes e dirigentes⁵ do MST constata-se a capacidade e a disposição dos mesmos para lutar, para dialogar e defender suas idéias, seus princípios, suas vidas. Em sua grande maioria, são pessoas despossuídas de quase tudo. Dos direitos mais elementares à dignidade humana ao medo de perderem suas vidas na luta. Pelo fato de não terem tido acesso ao saber formal ou não terem concluído os estudos regulares, possuem um linguajar que lhes é peculiar, um discurso próprio para contarem ou cantarem, suas trajetórias de vida, seus sonhos e conquistas.

Sem dúvida, que a força desses atores sociais e a situação em que vivem, são fatores de sensibilização para a necessidade urgente de um repensar de determinadas práticas sociais adormecidas pelos que negam a possibilidade de um novo tempo histórico em que o reino da liberdade e da fraternidade se estabeleça entre os povos, isto é, que a humanidade exista em sua plenitude e não mais em utopias.

Evidentemente que a caracterização do MST não é algo tão simples como possa parecer. Pois requer um entendimento do que são, do que pensam, do que pretendem, como agem, dentre tantos outros motivos. Caracterizá-los porém, para BEZERRA NETO(1999:20) trata-se

⁵ Na presente investigação faz-se uma distinção entre militantes e dirigentes do MST. Militantes são todos os sujeitos sociais organicamente ligados ao movimento que não tenham cargos como por exemplo os trabalhadores rurais que compõem a base do mesmo. Dirigentes são militantes com cargos em qualquer uma das partes da estrutura do mesmo.

inicialmente de compreender o próprio nome desses sujeitos sociais: Sem terra. Diz ele:

O vocábulo “sem” serve para designar a ausência de algo. No caso do Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, essa palavra composta tem o objetivo de sugerir a existência de um elo entre todos os trabalhadores rurais que não possuem terras em quantidades suficientes para sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, denunciar a situação de exploração a que é submetida grande parcela da classe trabalhadora que vive ou trabalha no campo brasileiro, sem o controle sobre a posse da terra.

Porém, no presente trabalho não basta entender a caracterização desses sujeitos advinda de sua vida material, econômica e social. Busca-se aqui, perceber questões que ampliem a visão que se tem dos mesmos, visando explicitar para a sociedade, o que há de realmente novo e/ ou velho nesse movimento social.

Questões como: a) Quem são esses homens e mulheres?; b) o que os motiva?; c) Por que lutam?; d) como lutam?; e) o que temem?; f) o que pensam do MST, do mundo e da sociedade?; g) como é o seu cotidiano; h) como se articulam internamente?; i) como tomam decisões?; j) e as contradições da luta, as divergências internas, como são vistas?; l) seus projetos imediatos ou mediatos?; as respostas de tais perguntas são fundamentais na compreensão dessa problemática.

Ora, o entendimento e a concatenação dessas idéias no pensamento e na vida de cada militante e/ou dirigente, estão profundamente ligadas à formação política e as aprendizagens vivenciadas no cotidiano dos mesmos. Todavia, não é um pensar individual mas coletivo. E por ser coletivo, assume uma dimensão social e, portanto, política.

Nessa perspectiva portanto, tal problemática conduz a análise dos fundamentos da orientação política no processo de formação desenvolvida nessa organização, que se traduz, certamente, na divulgação de valores essenciais para a continuidade de sua luta e que se expressam através de

seus discursos e práticas sociais seja nas relações que se estabelecem no interior do movimento, seja nas existentes com os demais setores envolvidos na luta por reforma agrária e transformações sociais.

Diante disso, os objetivos deste trabalho, são assim definidos numa acepção mais geral: 1) Contribuir no debate da formação dos militantes e dirigentes do MST a partir de sua prática formadora caracterizando-o tendencialmente como um novo movimento social. 2) analisar os discursos e as práticas dos dirigentes do MST-Ce, percebendo neles as convergências e divergências de suas elaborações teórico-práticas; 3) analisar o caráter educativo existente no mesmo no sentido da construção de novos sujeitos sociais.

1. OS CAMINHOS DA PESQUISA

A opção teórico-metodológica da presente pesquisa compreende que as categorias aqui expostas estão historicamente situadas, já que parte de um quadro referencial que opta pelo pensar dialético, recusando-se entender o homem, como um ser abstrato, pois a dialética o concebe,

como um ser histórico; toma, pois, como referência o homem concreto que age sobre si mesmo e que se relaciona e age sobre o seu meio; ou seja, um ser que pode criar sua própria vida e que pôr essa razão é um processo 'precisamente o processo de seus atos'. (DAMASCENO, 1990:30)

Sem dúvida, que a mesma é de caráter qualitativo no sentido de que tal opção metodológica,

trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1996:21-22)

Sendo assim, a pesquisa é de caráter descritivo utilizando-se de um delineamento singular que é o estudo de caso já que a adoção do mesmo mostra-se mais adequada pela flexibilidade que proporciona a uma pesquisa.

O critério de escolha dos entrevistados é de estarem nas instâncias dirigentes do movimento, pois são, as que melhor explicitam as formulações do programa político, das lutas, das dificuldades e construções diárias do mesmo. Daí que a unidade de pesquisa é a Direção Estadual composta de vinte membros. Todavia, na presente investigação opta-se por trabalhar com dez dirigentes como sujeitos das entrevistas.

O principal instrumental metodológico centra-se nas entrevistas semi-estruturadas(ver roteiro em anexo), porém não se dispensou a observação bem como a participação em diversos momentos do Movimento como: acampamentos, exposição de fotografias, caminhadas dentre outros. As entrevistas deram-se em horários e locais determinados pelos(as) participantes, permitindo-se assim, uma maior liberdade de expressão e locomoção dos(as) mesmos(as).

Quanto ao sexo dos pesquisados, dá-se de forma aleatória visto o momento em que ocorrem as entrevistas: acampamento na Avenida Bezerra de Menezes(Fortaleza-Ce) bem como o fato de optar-se pelos membros da Direção estadual sem necessariamente obedecer a uma escolha de homem ou mulher.

Quanto aos dados coletados distinguem-se em primários e secundários. Os primários, referem-se aos obtidos pelas entrevistas aos dez dirigentes do MST sobre variados aspectos adiante explicitados. Já os dados secundários são produções gerais sobre o citado movimento que surgem na imprensa falada e escrita, como artigos, entrevistas de representantes do governo sobre a reforma agrária, informações sobre conflitos, divergências internas, exposições de fotos dos sem-terra, assim

por diante. Vale lembrar que se considera ainda dados secundários, os documentos do MST relacionados ao campo da Educação em geral e, da capacitação de militantes em particular, bem como, a produção teórica de alguns de seus membros, como é o caso de artigos, entrevistas e livros de JOÃO PEDRO STÉDILE, dirigente nacional e de ROSELI SALETE CALDART, educadora do Movimento.

Na organização dos dados utiliza-se o programa NUD-IST que facilitou sobremaneira esse momento por permitir o relatório das respostas por militantes e por categorias de análise. Quanto a análise, ancora-se por categorias assim distintas: 1)Pertença; 2)Cotidiano; e 3)Resistência; buscando-se assim, responder a questão central desta investigação anteriormente exposta. Vale ressaltar quanto as categorias de análise, que embora previamente pensadas como possíveis, algumas se confirmaram na prática de pesquisa e outras não.

Contudo a pesquisa assume também um caráter bibliográfico já que se percorre obras de teóricos que trabalham com as categorias supracitadas. Autores como GRAMSCI, MARX e GOLDMAN, são fundamentais para compreender diversos conceitos como: hegemonia, intelectual orgânico, estado, emancipação social, luta política, práxis, consciência de classe, que ajudaram a refletir a prática investigada.

As obras de GRAMSCI analisadas foram: ‘Concepção Dialética da História’, ‘Maquiavel, a política e o Estado moderno’ e, ‘Os Intelectuais e a organização da Cultura’. De MARX: ‘Os manuscritos econômicos e filosóficos’. De GOLDMAN, ‘Epistemologia e Filosofia Política’.

Quanto ao conceito de cotidiano, o estudo de AGNES HELLER é essencial para compreender a relação entre o ser particular e o ser genérico bem como, verificar aspectos de mudanças e conservação presentes na instauração da vida cotidiana. Suas considerações estão expressas em seu livro: ‘O cotidiano e a História’.

Para compreender o caráter capitalista da agricultura moderna a obra de KAUTSKI, 'A questão Agrária' é de fundamental importância. Já na análise do caso brasileiro, percorre-se as obras de JOSÉ DE SOUZA MARTINS: 'Os camponeses e a política no Brasil'; 'Expropriação e violência : a questão política no campo', e 'O Cativo da Terra'.

Na análise dos Movimentos Sociais, as obras de SCHERER-WARREN, 'Redes de Movimentos Sociais', de GRZYBOWSKI, 'Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo', e de GONH 'Movimentos Sociais e Educação' e 'Teoria dos Movimentos Sociais', de SADER, 'Quando novos personagens entraram em cena', são significativas ao mostrarem a evolução e dinâmica próprias desses movimentos bem como, os aspectos educativos e de construção de identidades de inúmeros sujeitos coletivos ligados a eles.

Na análise do discurso, a obra de FOUCAULT, 'A arqueologia do saber', de BAKHTIN, 'Marxismo e Filosofia da Linguagem', de VOESE 'O Movimento dos Sem-Terra na imprensa: um exercício de análise do discurso', de BRANDÃO, 'Introdução à análise do discurso' dão profundas contribuições, ao entenderem o mesmo como constituidores de práticas sociais tanto dos dominantes quanto dos dominados.

Em FERNANDES, 'MST: formação e territorialização', busca-se verificar a dimensão espacial e territorial do MST, nas quase duas décadas de existência do mesmo. Procurando demonstrar o poder de inserção do referido movimento no espaço geográfico e político brasileiro.

Para melhor explicitar toda essa temática e refletir a prática lançando mão da teoria em pauta, o estudo desenvolve-se em duas partes, constituídas de cinco capítulos. A primeira parte consta do primeiro capítulo em que se discute os discursos do Estado Brasileiro e dos trabalhadores do campo sobre a reforma agrária; e do segundo capítulo,

onde são vistas, as concepções de Movimentos Sociais destacando suas caracterizações entre “velhos” e “novos” movimentos.

A segunda parte consta do terceiro capítulo, no qual aborda-se o pertencer ao MST; e do quarto capítulo que focaliza o cotidiano desses militantes e suas contradições. No quinto capítulo, explicita-se a resistência desses sujeitos sociais frente à realidade social capitalista e, finalmente, tenta-se apontar caminhos a serem observados na luta cotidiana do MST por transformações sociais profundas.

PARTE I

REFORMA AGRÁRIA: AS CONCEPÇÕES

...a reforma agrária somente será possível, não por vontade de um governo pressionado, mas que somente será realidade no marco da luta contra o neoliberalismo, contra o imperialismo, contra a dependência do capital. E que somente é possível desenvolver com um novo modelo de desenvolvimento nacional (STÉDILE, 1997).

CAPÍTULO 1

OS DISCURSOS DO ESTADO E DOS TRABALHADORES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

Nos dias atuais a temática da reforma agrária ganha espaços constantes na mídia. São freqüentes os noticiários que informam sobre conflitos pela posse da terra tais como, os existentes no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Pará, dentre tantos outros. Reflexos da brutal concentração de terra proporcionada há séculos pelo sistema político-econômico através de seus vários governos. Concentração essa, intensificada pelos que assumiram sob o período ditatorial pós-64, favorecendo sobremaneira a ampliação da produção capitalista no campo.

Pode-se encontrar ações do Estado brasileiro tentando minimizar os efeitos desse problema como, distribuir pedaços de terras para algumas famílias ou resolver alguns conflitos fundiários. Porém na literatura pertinente, é normal encontrar referências sobre o atrelamento do mesmo, aos interesses dos latifundiários, implementando ao contrário, políticas agrárias que intensificavam a concentração da propriedade da terra, favorecendo assim, a todo tipo de violências como: desapropriações ilegais, perseguições a lideranças, assassinatos, aumento da massa assalariada, migrações forçadas, dentre outros.

Para melhor compreender essa questão, faz-se necessário voltar o olhar para alguns períodos históricos. O primeiro período a ser focado, é o que vai de 1889 a 1930, onde se pode afirmar que a sociedade brasileira tinha por fundamento a produção agrícola, caracterizando-se pelo domínio

econômico e político da classe fundiária. Identificando-se o econômico e o político(Estado e Instituições) com os interesses da classe dominante agrária (CARVALHO, 1980:64).

Nesse momento, exigir reforma agrária era lutar contra todo um projeto de sociedade, e, ser considerado uma ameaça ao **status quo**. Lutas camponesas questionavam a posse da terra, a implantação da República, a Lei de Terras que estabelecia um novo regime fundiário substituto das sesmarias, proibindo a abertura de novas posses, além, das aquisições de terras que só podiam ser feitas mediante o título de compra, o que afetava principalmente, os camponeses da época (MARTINS,1986:40). Os que falavam eram calados pelas forças militares ou paramilitares do período. Dessa forma, o Estado estava presente sim, mas na proteção dos interesses do capital agrário.

O período subsequente, de 1930 a 1945, transita entre o modelo agrário exportador de antes e à expansão do capitalismo. Passando por um processo de redefinição social, onde o aspecto urbano-industrial passa a ser predominante nas políticas estatais. Todavia, esse novo momento instaura-se sem conflitos significativos entre os setores agrários e industriais, pois, assenta-se sob o pacto da insociabilidade da propriedade privada da terra, garantindo assim vida longa aos senhores latifundiários (op.cit.,:66).

É como afirma CARVALHO(1980:67):

A industrialização far-se-á sem a alteração da estrutura fundiária e muito menos ainda sem excluir do poder político os proprietários de terra, apesar de estarem situados em posição diferenciada da que ocupavam no período oligárquico.

O Estado, tentando minimizar os conflitos, propõe criar o Banco Nacional de Crédito Cooperativo; o Serviço Social Rural; uma Comissão Nacional de Política Agrária, onde estabelecia alguns direitos para os trabalhadores do campo. Em 1953, o presidente Vargas envia um projeto ao

Congresso Nacional propondo a desapropriação por interesse social. Porém, tal projeto, transitou pela câmara e pelo senado durante anos, vindo a tornar-se lei apenas em 1962: a lei de no. 4.132 (idem:74).

O momento histórico que se segue ao golpe militar de 1964, caracterizou-se pelo aprofundamento do capitalismo no campo, ampliando, significativamente a concentração da propriedade da terra e a intensificação dos conflitos fundiários, tornando a luta por reforma agrária um assunto militar. Tal concentração é melhor observada na classe de área considerada como latifúndio, que abrange mais de 10.000 hectares e a da classe de área de 1.000 a 10.000 hectares, bem como, no aumento do número de estabelecimentos agrícolas (FERNANDES, 1996:40).

Durante o período de 1970 a 1985, a classe de área que teve maior aumento percentual foi a de mais de 10.000 hectares, que cresceu 55% em área e 50% em número de estabelecimentos, acompanhada pela classe de 1.000 a 10.000 hectares, que teve um aumento de 35% tanto em área quanto, em número de estabelecimentos. Num período de quinze anos, 48,4 milhões de hectares de terras públicas foram transformadas em latifúndios, quase duas vezes a área total do Estado de São Paulo (ibid.:41).

Tentando conter o avanço das lutas camponesas pela reforma agrária e desviar a atenção para a entrega do território nacional aos grupos econômicos estrangeiros que instalaram-se no país, os militares propuseram estrategicamente, o Estatuto da Terra. Sendo assim, desenvolveram uma política de colonização aos invés da reforma agrária.

Projetos de colonização da Amazônia: Projeto de Integração Nacional-PIN, Rondon; o Programa de redistribuição de terras e estímulo a agroindústria no Norte e Nordeste-PROTERRA; a criação de Institutos como: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária-IBRA; o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário-INDA, que posteriormente, foram substituídos pelo Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária-

INCRA; foram apontados como solução para os incontáveis conflitos. Porém, o resultado dessas políticas, demonstraram-se ineficazes frente ao secular problema agrário brasileiro. Os trabalhadores rurais, continuaram sendo expulsos de suas posses, assassinados, migrando para os centros urbanos ou, submetendo-se a exploração das indústrias que avolumavam-se no campo.

Referindo-se aos conflitos ocorridos durante esse período, MARTINS(1991:45) informava que:

Estudos recentes mostraram que a cada três dias, em média, os grandes jornais do Sudeste publicam uma notícia do conflito pela terra em algum lugar do país. Comprovou-se que essas notícias correspondem a menos de 10% dos conflitos que efetivamente ocorrem. Um levantamento do número de vítimas que sofreram violências físicas, feito através de jornais, indica que mais de 50% delas morrem nesses confrontos.

Tais conflitos, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra-CPT, só no ano de 1979, foram cadastrados 715 e 88,1% tendo começado desde 1973 (FERNANDES,1996:37). Diante desses fatos, pode-se concluir que as propostas para a resolução dos conflitos tinham embutidas as reais intenções desses governos, qual seja, ao mesmo tempo que acelerasse o desenvolvimento do capitalismo no campo, incentivasse a propriedade capitalista ao implementar uma política agrícola que beneficiava as grandes empresas via incentivos financeiros a agropecuária (idem)

Os governos civis pós-regime militar de 64, prosseguiram na mesma direção, isto é, mantiveram intocada a propriedade privada da terra. A Nova República trouxe a nova constituição mas, não conseguiu diminuir o poderio dos latifundiários e empresários do campo, organizados em torno da União Democrática Ruralista-UDR.

O governo Sarney tentou efetivar o Plano Nacional de Reforma Agrária-PNRA, prevendo o assentamento de 1,4 milhão de famílias. Ao final do governo, apenas 84.852 famílias foram assentadas. O rápido

governo Collor, prometeu assentar quinhentas mil famílias. Saiu antes de cumprir sua promessa (NOGUEIRA & OLIVEIRA, 1997:82)

O atual governo Fernando Henrique Cardoso, previu o assentamento de duzentos e oitenta mil famílias até o final de 1998 (Idem). De acordo com Milton Seligman, presidente do INCRA, o governo até 31 de dezembro do referido ano, teria assentado duzentos e noventa famílias, superando a meta estabelecida (DN, 24/12/1998).

Nesse histórico sucinto, vê-se que o Estado brasileiro até o momento, concebe reforma agrária como, o simples fato de distribuir terras às famílias que vivem no campo, principalmente, as que vivem em áreas de conflito, convivendo assim, com uma contradição: dar respostas aos que lutam pela terra e aos que verdadeiramente o mantêm, os grandes industriais e latifundiários.

Confirmando-se assim, a afirmação de LIMA(1989/90:277) quando diz: “numa sociedade de classes o Estado não se sobrepõe as classes dominantes, sendo, na verdade, uma relação das classes que conjunturalmente estejam no poder político”.

Todavia, mesmo com toda repressão estatal e extra-oficial(dos latifundiários), contraditoriamente, os conflitos pela posse da terra desembocaram para formas de organização cada vez mais avançadas entre os trabalhadores. Exemplos claros, são as Ligas Camponesas, na década de 50, a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil-ULTAB, e o Movimento dos Agricultores Sem Terra-MASTER (op.cit.: 87).

Demonstrando assim, dois fatores importantes: a forte resistência dos que viviam no campo ao poderio do latifúndio e a capacidade de superação de experiências passadas de lutas pela terra, que caracterizavam-se pelo isolamento, pela disparidade de interesses, pelo cangaço, pelo messianismo, pelas disputas familiares, etc. Evidentemente, que tais lutas,

não deixaram de ser, formas embrionárias de libertação do coronelismo; anúncios da desagregação social que estava em curso.

Nas primeiras concepções de reforma agrária entre os trabalhadores a busca pela unidade de ação, foi significativa. Em novembro de 1961, as organizações citadas, reuniram-se durante um congresso em Minas Gerais, onde elaboraram um documento cujo teor, era o seguinte:

a fim de superar a atual situação de subdesenvolvimento crônico, de profunda instabilidade econômica, política e social, e, sobretudo para deter a miséria e a fome crescentes e elevar o baixo nível do povo em geral e melhorar as insuportáveis condições de vida e trabalho a que estão submetidos os camponeses, torna-se cada vez mais urgente a imperiosa necessidade da realização de uma reforma agrária que modifique radicalmente a atual estrutura agrária e as relações sociais imperantes no campo. A reforma agrária não poderá ter êxito se não partir da ruptura imediata e da liquidação do monopólio da terra exercido pelas forças retrógradas do latifúndio e conseqüente estabelecimento do livre e fácil acesso à terra dos que queiram trabalhar. (Apud VEIGA, 1985:73-4)

Com o golpe militar de 1964, as organizações sindicais e políticas tiveram seus direitos cassados. Algumas lideranças foram presas, outras foram para o exílio, outras, assassinadas. Somente na década de 70, é que as lutas pela reforma agrária ressurgem com todo vigor.

Dessa vez, com o auxílio singular da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs e das CPT's, que propiciaram aos deserdados da terra, um espaço político de discussão dos seus problemas já que os demais canais (sindicatos, partidos) estavam sob censura. Esses espaços, passaram a ser os principais locais de reflexão sobre a realidade do País, dos valores e das opções pessoais e coletivas (FERNANDES, 1996:72).

Em 1979, apesar da intensa repressão que o País vivenciava, realizou-se o III Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores

na Agricultura-CONTAG, onde colocou-se mais uma vez, a bandeira pela reforma agrária. As principais propostas desse congresso são as seguintes:

1)exigir do governo a imediata decisão política de implantação da reforma agrária, massiva e drástica; 2)definir como ideal a propriedade familiar porque é capaz de atender às necessidades básicas do trabalhador rural e atende aos princípios de justiça social; 3)valorizar também as formas coletivas de exploração da terra, especialmente em cooperativas; 4)...organização e mobilização dos trabalhadores rurais no sentido de ocuparem as terras improdutivas(públicas ou privadas) nelas fixando residência e tornando-as produtivas.(Apud VEIGA,1985: 76-8)

Dessa realidade de exclusão social relativa aos meios de produção e reprodução da vida no campo, a reação dos trabalhadores evoluiu a passos largos com a perspectiva da auto-organização, isto é, organização independente do Estado e dos grandes proprietários de terra, visando enfrentar os constantes desmandos dos que controlavam o acesso a mesma.

Como resultado dessa nova consciência, surgiram diversos movimentos localizados de luta pela terra dos mais variados segmentos que viviam no campo: camponeses, posseiros, sem-terras, indígenas, trabalhadores rurais, pequenos proprietários; implementando na prática a reforma agrária que nunca houve. Através de múltiplas formas para permanecerem em seu habitat, lutavam incessantemente contra os que constantemente os expulsavam: latifundiários e grandes grupos econômicos.

Nada melhor para unificar esses setores do que tal realidade. A luta pela reforma agrária e, conseqüentemente, vida digna dá uma nova dimensão aos movimentos sociais no campo levando assim, o Estado e a sociedade civil a manifestar-se sobre a mesma.

Porém, antes de adentrar na questão dos movimento sociais no campo e, especificamente do movimento aqui enfocado, faz-se necessário

adentrar no debate sobre as diversas compreensões de movimentos sociais.
É o que vem no seguinte capítulo.

Vem teçamos a nossa liberdade
braços fortes que rasgam o chão
sob a sombra de nossa valentia
desfraldemos a nossa rebeldia
e plantemos nesta terra como
irmãos!(Hino do MST)

CAPÍTULO 2

OS MOVIMENTOS SOCIAIS: ENTRANDO NO DEBATE CONCEITUAL

O núcleo propulsor desta pesquisa, sem dúvida, está intimamente interligado com o surgimento no contexto social brasileiro, no final da década de 70, e início da década de 80, dos chamados ‘novos movimentos sociais’, especificamente, os do campo.

A categoria movimentos sociais passou a ser referência central em inúmeras reflexões no Brasil e na América Latina expressando um deslocamento das análises anteriores de “...processos históricos globais, por estudos mais intensivos de grupos específicos organizados...”(SCHERER-WARREN,1996:17). Substituindo-se dessa forma, categorias como as de classe social, por sujeito popular ou ator social; a de luta de classes, por movimento popular e/ou de movimento social; a tomada revolucionária do poder por questões do cotidiano dos agentes envolvidos (idem).

(Nesse sentido surge o termo *novos movimentos sociais* que adquire frente aos antigos ou “velhos” movimentos existentes no país no período pré-64, porém, certas diferenciações. Enquanto os últimos, fundamentavam-se em práticas políticas onde o central era a conquista de grandes projetos sociais como, a construção do socialismo; os primeiros, buscavam a transformação do cotidiano, das pequenas causas, do imediato.

Na realidade o ‘novo’ nos movimentos constituía-se em uma nova forma de organizar a comunidade local para lutar por seus problemas imediatos. Distinguindo-se sobremaneira dos modelos clássicos de organização como as sociedades amigos de bairro ou associações de moradores por exemplo (GOHN, 1997:281).

(No Brasil a discussão sobre o significado dos novos movimentos sociais vai enfatizar os aspectos das mudanças socioculturais ou as transformações políticas que as práticas sociais desenvolvidas pelos mesmos podiam gerar, incorporando assim, estratégias de ocupação de poder e não, mercadológicas no intuito de obter financiamento do poder público (Idem: 284).

Em suas trajetórias, os novos movimentos sociais englobam demandas diversificadas: ecológicas, sexuais, de moradia, de terra, de igualdade, de liberdade, contra a fome, pela ética na política dentre outras. Evidentemente, além de terem ampliado sobremaneira, a relação Estado-Sociedade construindo espaços de pressão e negociação onde antes não havia, isto é, obrigaram ao Estado o reconhecimento de sua existência e necessidades (Idem:301-304).

Ora, a comparação entre os *velhos* e os *novos* movimentos sociais, conduzem para a igualdade da diversidade de condições em que os mesmos emergiam e emergem, ou seja, a heterogeneidade social propiciava e propicia diversos tipos de manifestações sociais em ambos os períodos.

Todavia, a compreensão dessa diversidade é que os singularizam: os primeiros, a percebiam dentro de esquemas unificadores de análise, seja do discurso estatal ou no dos partidos comunistas. Os outros, mesmo desenvolvendo mecanismos de unidade, de articulação e coordenação, mantiveram-se como expressões autônomas de diferentes coletividades sem reduzir-se a formas unificadoras de interpretação da realidade (SADER,1995:198).

Contudo, a diferenciação entre ambos reside na atribuição de novos significados à questões já existentes na realidade social que, em diferentes momentos históricos, adquirem novas dimensões que necessitam de novas respostas por parte dos envolvidos.

Ressaltando, é claro, o surgimento do novo que, em cada realidade social emerge, sem que nenhuma teoria o tenha previsto e o enquadre em qualquer categoria. Exigindo portanto, que novas questões sejam levantadas, novas reflexões desenvolvidas, produzindo evidentemente, novas elaborações.

Quanto à conceituação de movimentos sociais, existem dois grupos de pensadores de acordo com SCHERER-WARREN(1996:18): os que os compreendem, como “toda ação coletiva com caráter reivindicativo ou de protesto... independente do alcance ou do significado político ou cultural da luta”.; e os que afirmam ser “...apenas um número muito limitado de ações coletivas de conflito...”. No primeiro grupo, destacam-se pensadores como CASTELLS, BORJA e LOJKINE; no outro, TOURAINE é seu principal expoente.

Na tentativa de adentrar no debate conceitual acima, faz-se necessário avaliar outras contribuições teóricas para não cair-se em posturas esquemáticas: de isto ou aquilo.

Uma dessas contribuições é a de S. TARROW(1995:4) que define movimentos sociais como “desafios coletivos construídos pelas pessoas com solidariedade de propósitos comuns, em processo de interação mantido, o qual inclui, as elites, os oponentes e as autoridades”. Para FERNANDES(1996:21) a noção de movimentos sociais liga-se a organização da classe trabalhadora, aos grupos ou camadas ou setores populares.

Já OFFE(1992:s/p), compreende que

os movimentos sociais, populares ou não, expressam a construção de um novo paradigma de ação social, fundado no desejo de se ter uma sociedade diferente, sem discriminações, exclusões ou segmentações.

Ampliando a discussão, GOHN(1985:46) enfatiza que “...todo movimento social tem sempre um caráter de classe, que está inscrito em sua própria lógica”. Contudo na percepção de SADER(1996:42-3) isso não basta pois,

Quem pretender captar a dinâmica de movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza. Irá perder, por exemplo, aquilo que diferenciou a liderança metalúrgica de São Bernardo da direção sindical de São Paulo, ou uma comunidade de base de uma sociedade de amigos de bairro. O que, em definitivo, é deixar escapar o principal.

GRZYBOWSKI(1987:54) mediando a questão, aponta que um dos elementos constitutivos dos movimentos sociais é a tensão entre alienação e identidade” e que o método de análise dessa questão seria compreender os sujeitos das lutas bem como os movimentos na modalidade de “blocos históricos”, permitindo assim, a síntese de elementos objetivos que são estabelecidos pelas relações sociais, e subjetivos, pela vontade e a cultura.

Aprofundando a análise diz ainda que, movimentos sociais são espaços de socialização política dos trabalhadores, ao permitirem o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar ao mesmo tempo em que contribui na formação de identidades sociais, de consciência dos interesses, direitos e reivindicações bem como na apreensão crítica do mundo, das práticas e representações sociais e culturais (ibid:59).

Emerge nesse contexto, uma dimensão educativa que está além da compreensão da existência de direitos e deveres por parte de seus agregados, está

na compreensão da situação vivencial própria em um contexto histórico e político mais amplo, na tomada de decisão em favor do engajamento na ocupação, na

resistência à repressão, no envolvimento nas novas tarefas requeridas, na superação dos medos e porque não dizer, no sonho que se constrói no próprio processo de luta, o qual move e dá suporte à ação.(NOGUEIRA & OLIVEIRA,1997:99)

Essa argumentação é claramente esboçada pelos(as) dirigentes entrevistados(as) no presente trabalho. O relato inicial fala da aprendizagem que se dá no coletivo:

...aqui no movimento a militância não se considera o sabe tudo, aqui ninguém dá conselho, aqui ninguém forma, aqui a gente vai aprendendo e vai se capacitando junto, então é nesse sentido que a gente vai num constante aprendizado....(entrevista realizada em 06/05/2000)

Já outro menciona como o MST educa:

O MST ele educa a gente primeiro para nós conhecer a nossa realidade, as nossa escolas, a mídia, as várias coisas, os vários aparelhos ideológicos que existem na sociedade pertencem ao capitalismo, e quem dirige esse país e no MST nós compreendemos que somos brasileiros, que nós temos direitos, que nós temos deveres, que nós somos capazes sim de transformar a realidade, basta nós querer, se unir e se organizar (entrevista realizada em 06/05/2000).

Vale considerar nessa discussão a observação de GOHN(1994:19) no tocante a essa dimensão educativa quando lembra que a mesma é um processo e que portanto, seu produto é realimentador de novos processos.

Por tudo que foi dito, pode-se esboçar uma síntese dos principais elementos constituidores de uma concepção acerca dos Movimentos Sociais. Quais sejam: 1)São movimentos de coletividades diversas, originários de problemas do cotidiano; 2)Tem propósitos comuns para a

superação de situações-problema; 3) São propiciadores de novas posturas frente a vida, conferindo aos sujeitos sociais envolvidos, identidades sociais.

Todavia, para uma maior clareza do assunto que se aborda nesse estudo faz-se necessário a distinção de movimento social, de partido político e de sindicato, tendo em vista questionamentos que se faz adiante sobre se o MST hoje do ponto de vista de sua estrutura organizativa é um partido político ou movimento social.

Em termos bem gerais, o partido político é uma organização que canaliza as aspirações de muitos formalizadas em seu programa político objetivando manter, controlar ou influir no Poder exercido pelo Estado (BINS, 1985:34). Sua estrutura orgânica pode contemplar militantes, filiados e simpatizantes e variar de tamanho dependendo de sua análise da conjuntura em aberto ou clandestino.

Para WEBER⁶ Apud GALLIANO(1981:217) os partidos são fenômenos de distribuição de poder na sociedade tanto quanto as classes e o **status**. Porém ele é uma dimensão que só se realiza no Estado moderno diferentemente dos demais.

A concepção de partido no entanto, que se relaciona com a presente temática é a que se tornou célebre no movimento dos trabalhadores em todo o mundo, isto é, a defendida por LÊNIN⁷ onde defende uma organização política de militantes profissionais, propagandistas do socialismo visando transformar a ação espontânea das massas em consciência de classe revolucionária.

Mas tal organização para fazer frente seja a centralização do Estado seja a dispersão própria do movimento dos trabalhadores teria que ter como

⁶ WEBER, M. *Class, Status and Party in Economy and Society*. New York, 1968, v.1, p.302-7; v.2, p. 926-940.

⁷ LÊNIN. *Que fazer?*. 3ª ed., tradução do Instituto de Marxismo-Leninismo, São Paulo: Alfa Omega, 1986, p.79 a 214(Obras Escolhidas, v. 1).

princípios organizativos a combinação de diversos elementos, dentre eles: democracia com centralismo, direção coletiva com responsabilidades individuais, disciplina férrea, unidade política e ideológica.⁸ Porém, o citado autor enfrentou alguns debates com outros contemporâneos seus, dentre eles, Rosa Luxemburgo que questionava inúmeras de suas idéias relativas ao tipo de partido bem como suas concepções acerca da consciência socialista.⁹

Quanto aos sindicatos compreende-se que os mesmos se constituem visando defender os interesses de uma determinada categoria profissional ou setores de classe. Não visam diretamente o controle do Poder político e sim, em melhorar ou manter o padrão de vida de seus membros (op. cit.:35). Ora, feitas tais distinções retoma-se a discussão dos movimentos sociais que se colocam entre esses dois elementos de ação coletiva, porém, expressando uma singularidade frente a eles como se viu anteriormente.

Evidentemente, toda essa discussão remete a necessidade de se discutir com certa acuidade o que seja então, esse sujeito social aqui focalizado, isto é, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, tendo em vista que o mesmo, ao longo de sua trajetória tornou-se um referencial nas discussões sobre a reforma agrária no Brasil além de, efetivamente mostrar-se um dos principais interlocutores sobre tal questão.

1. O MST: as histórias da luta

Funda-se o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra em 1984 na cidade de Cascavel-PR, depois de um período de inúmeras e intensas

⁸ Sobre essas discussões cf. LENIN. Um passo em frente, dois passos atrás(a crise no partido) in op.cit., p.215 a 376; A falência da II internacional in Obras Escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1986, v.2.

⁹ Cf. LUXEMBURG, R. Greve de massas, partido e sindicatos. In CASTRO, P.(org.). Rosa Luxemburgo: socialismo e liberdade, Rio de Janeiro: Fórum, 1968; Cf. GUÉRIN, D. Rosa Luxemburgo e a espontaneidade revolucionária, São Paulo: Perspectiva, 1982.

ocupações que objetivavam realizar a tão sonhada e sangrenta, reforma agrária, como resolução do sempre recorrente problema agrário brasileiro.

O MST, inicialmente, surgiu como esperança, nas ocupações das terras de Macali e Brilhante em Ronda Alta-RS em 1979. Porém, logo contagiou outras regiões, outros companheiros de jornada, pois não se conformavam em que a terra fosse só para alguns, queriam para todos. E nesse processo de formação do movimento, os trabalhadores

...construíram o espaço da socialização política, que dimensionado, possibilitou a elaboração de práticas, de formas de luta como enfrentamento nos diferentes níveis das relações sociais.(FERNANDES, 1996:68)

Mesmo oriundo de contextos variados da luta pela terra, o surgimento do MST vincula-se a aspectos econômicos(concentração fundiária); sociais (migração); e políticos(ação da CPT, ressurgimento do movimento sindical, abertura política, etc.). Ao longo desses anos, porém, tem conseguido democratizar o acesso à terra, principalmente, através das ocupações, sua mais freqüente forma de ação. Exemplos disso não faltam, pois só no Estado de São Paulo, em quase duas décadas de luta pela terra,

... seis mil e quinhentas e vinte duas famílias conquistaram 121.665 hectares. Dos quarenta e sete assentamentos conquistados, 45% foram em terras públicas, 30% em terras particulares e 25% em terras griladas.... Dessas conquistas, 90% resultaram de ocupações e apenas 10% resultaram de projetos do estado.(idem:242)

No início, contava com poucos militantes e grande resistência por parte dos latifundiários e do próprio Estado. Com a crescente miserabilização no campo e o assenso das lutas urbanas, era inevitável que houvesse um crescimento quantitativo do mesmo, tornando-o, um polo aglutinador dos diversos segmentos existentes, como posseiros, pequenos

proprietários rurais, trabalhadores assalariados, desempregados, dentre outros.

Suas primeiras formulações teóricas esboçam uma forma peculiar de ver o mundo, o Brasil e a si próprio. Em 1984, esboçavam assim, seus principais objetivos:

1)Que a terra esteja na mão de quem nela trabalha; 2)Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados; 3)Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária; 4)Organizar os trabalhadores rurais na base; 5)Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; 6)Dedicar-se a formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; 7)Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina.(Apud NOGUEIRA & OLIVEIRA, 1997:91)

Nos Congressos Nacionais e Estaduais realizados, há uma nítida demonstração das reflexões que o movimento acumulava em seu percurso através de suas palavras de ordem: em 1984- Terra para quem nela trabalha; 1985- Sem Reforma Agrária não há democracia; 1986- Ocupação é a única solução; 1988 a 1992- Ocupar, resistir, produzir; e de 1995 aos dias atuais - Reforma Agrária: uma luta de todos(ocupar, resistir e produzir) (ibid.:89).

A consequência prática dessas formulações, traduzia-se em ocupações de terras, órgãos públicos, greves de fome, caminhadas, gritos da terra, marchas nacionais, aumento da cooperação agrícola e de agroindústrias nos assentamentos, entre outras manifestações (Agenda do MST, 1992: s/p).

Contudo, à essas elaborações, se acrescentam novas, oriundas da experiência com a massa de trabalhadores, dos enfrentamentos com os latifundiários e com o poder estatal. Permitindo assim, a exequibilidade de

suas propostas políticas e a ampliação do leque de aliados na luta por reforma agrária.

Tais mudanças de acordo com STÉDILE(1997), deram-se, no sentido de superar uma visão simplista de reforma agrária que o MST tinha em suas primeiras formulações, que era, a simples distribuição de terras e a destruição dos latifúndios. Mas com a intensidade dos enfrentamentos políticos e teóricos que passaram a vivenciar, demonstrou-se limitada.

Por isso, as novas elaborações teriam que considerar:

...a complexidade do problema agrário brasileiro, o avanço do capitalismo no campo, o processo de urbanização de nossa sociedade, a modernização das tecnologias, a dependência de nossa economia do capital estrangeiro, e a abertura do mercado e sua subordinação a interesses externos...(STÉDILE: 1997:105-6)

A proposta de reforma agrária do movimento ora em apreço, regula um conjunto de medidas que a caracterizam quais sejam: 1. O sistema econômico deve contemplar a supremacia do trabalho sobre o capital, eliminando todas as formas de exploração e opressão; 2. A terra é um bem da natureza a serviço de toda a sociedade; a propriedade da terra poderá ser exercida de várias formas: familiar, associação, cooperativa, empresa comunitária, estatal, pública, etc., de acordo com as necessidades regionais; 3. Organizar a produção para que os objetivos gerais sejam alcançados; 4. Implementar uma nova política agrícola; 5. Industrializar o interior do País; 6. Desenvolver o semi-árido(Programa de Irrigação e combate a seca no Nordeste); 7. Um novo modelo tecnológico; 8. Desenvolvimento social que contemple: educação, saúde, moradia, cultura, lazer.¹⁰

Tal proposta tem como objetivos:

¹⁰ Cf. documentos do MST, 1998.

a)garantir trabalho para todos, com a conseqüente distribuição de renda; b)produzir alimentação farta, barata e de qualidade para toda população brasileira, possibilitando segurança alimentar para toda a sociedade; c)garantir o bem estar social e a melhoria das condições a todos os brasileiros. De maneira especial aos trabalhadores e, prioritariamente, aos mais pobres. d)buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual; e)difundir os valores humanistas e socialistas, nas relações entre as pessoas, eliminando-se as praticas de discriminação racial, religiosa e de gênero; f)contribuir para a criação de condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, respeitando sua qualidade de direitos iguais; g)preservar e recuperar os recursos naturais, como solo, águas e florestas, de maneira a se ter um desenvolvimento auto-sustentável; g)implementar a agroindústria e a industria como fator de desenvolvimento do interior do país.(idem)

Ora, de acordo com STÉDILE(1997:109-10).), a reforma agrária que o MST propõe, somente viabilizar-se-á nos marcos de um modelo de desenvolvimento nacional. Porém esclarece o sentido de suas palavras quando diz: " Nacional, no sentido de que atenda a todos os brasileiros. Popular, no sentido de que atenda às necessidades básicas de todo o povo, e não somente de uma minoria, como é a proposta do Neoliberalismo".

Em documentos do MST(1998), porém, tal proposta adquire um conteúdo mais abrangente, quando avaliam que a reforma agrária,

é parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária e socialista. E que a mesma, está alicerçada em um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura capitalista de organização da produção.

Dependendo, no entanto, de dois fatores para sua implementação:

- 1)Da mobilização popular capaz de unificar milhões de interessados em mudanças sociais, alterando assim, a correlação de forças existentes na sociedade que hoje beneficia as classes dominantes;
- 2)Da ação do Estado Democrático e Popular, que será gerido democraticamente com ampla

participação popular, tornando-se peça central na efetivação das propostas, atentando sempre para o bem comum (*idem*).

O MST baseia-se desde sua fundação, em sólidos princípios organizativos¹¹ como: vinculação permanente com as massas; divisão de tarefas; direção coletiva; lutas de massas; direção coletiva; disciplina; formação de quadros e, desenvolvimento de místicas (STÉDILE, 1997:104:5).

A estrutura funcional do movimento está assim representada: coordenação geral, direção nacional, coordenação estadual, direção estadual, coordenações regionais e coordenações dos assentamentos e acampamentos. Seus membros são eleitos nos encontros regionais, estaduais e nacionais e a hierarquia se dá em dois níveis: os coordenadores e os membros em qualquer das instancias mencionadas.

No entanto para sustentar essa estrutura o MST se organiza assim: congresso nacional, encontro nacional, coordenação nacional, direção nacional, secretaria nacional, setores nacionais: relações internacionais, secretaria nacional, sistema cooperativista dos assentados, frente de massa, educação, formação, comunicação, finanças e projetos (NOGUEIRA & OLIVEIRA, 1997:93).

Apesar de recente no cenário nacional, o movimento enfocado, forneceu e fornece diversas contribuições a sociedade brasileira. Dentre as quais se destaca três: primeiramente, o resgate de uma identidade própria das camadas sociais que vivem no campo.

Identidade aqui compreendida, como a capacidade de se reconhecer no mundo e de ser sujeito de sua vida, seu destino, bem como do reapropriar-se da cultura popular, isto é, de "...sua elaboração crítica

¹¹ Por aceitarem tais princípios organizativos alguns autores defendem que o MST não mais seria um movimento social e sim, um partido político. Tendo em vista que esses princípios foram formulados por Lênin para o Partido da Social Democracia Russa e que obrigatoriamente passaram a fazer parte dos programas políticos de diversos partidos de esquerda.

enquanto negação da cultura dominante...”(idem:60). Levando-os, a se descobrirem, como sujeitos coletivos, portadores de uma consciência da comum situação de carência e exclusão social decorrente do não ter terra (GRZYBOWSKI, 1987:57).

Todavia, tal identidade constrói-se num processo de ambigüidades, que não depende da vontade dos mesmos. Pois, os direitos conquistados, são limitados. Outorgados por regimes autoritários, constituídos para favorecer a "cidadania regulada" e, muitas vezes, difíceis de obter, dada a imbricação entre as instâncias do Judiciário e os interesses dominantes (Idem:58).

A segunda contribuição, é o tom de modernidade que fornece à questão agrária. Como afirma MARTINS(1997):

O Movimento dos Sem Terra é que é o portador e o agente do moderno porque questiona a estrutura de propriedade e por meio dela questiona a estrutura de poder: questiona a propriedade concentrada injustamente, anti-social, e, em consequência, questiona o poder oligarquizado e, no fundo, antidemocrático. O movimento é o único agente social a proclamar todos os dias que a questão agrária não é só nem predominantemente uma questão econômica. Ela é uma questão política.(MARTINS In STÉDILE, 1997:64)

A última, é a capacidade de aglutinar em uma mesma organização política, inúmeras camadas sociais com interesses diversos, que viviam no isolamento do campo (posseiros, trabalhadores temporários, sem-terras, desempregados, assalariados agrícolas, dentre outros), perseguindo objetivos comuns.

Desde as primeiras ocupações¹² o MST externa preocupação com a educação e a formação de seus membros. Porém, vai além, quando as

¹² Faz-se necessário aqui diferenciar os termos ‘ocupação e invasão’. Invasão “significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém. “Ocupar” diz respeito, simplesmente, a preencher um vazio- no caso, terras que não cumprem sua função social (Régis de Oliveira, ex- presidente da Associação dos

coloca como necessidades vitais, incorporando-as na pauta de suas negociações com o Estado.

Contando com a boa vontade de voluntários nos acampamentos, iniciaram suas experiências na área da educação formal. Suas atividades traduziam-se, ora em brincadeiras com as crianças ora, davam esclarecimentos sobre o porquê de estarem acampados e do tempo que seria necessário para ali permanecerem. Mas isso não era suficiente, pois constatava-se um significativo número de crianças em idade escolar, fora da escola e, sem perspectivas de freqüentar alguma escola da região, tendo em vista que a estadia nesses locais era por demais incerta, constituindo-se assim, em preocupação extra para o coletivo.

Surgiram então, equipes de pais e professores que começaram a organizar de fato, uma escola no espaço onde estavam. Foram inúmeras as tentativas para tal fim. Deparavam-se com enormes desafios. Questionavam-se “como construir um aparato legal como é a escola num espaço de ilegalidade como o são os acampamentos oriundos de conflitos pela posse da terra?” Como criar uma escola *diferente* das existentes, “comprometida com a história de luta das famílias” e ao mesmo tempo, capaz de desenvolver nessas crianças e adolescentes valores de amor a terra e ao trabalho?(CALDART & SCHWAAB, 1990).

Apesar dessas dificuldades, a existência hoje, de escolas em assentamentos, é uma realidade. Demonstrando dessa maneira que, a luta pela terra está intimamente associada a conquista de direitos elementares, como educação, saúde, trabalho dentre outros.

Contudo, a criação das escolas não resolveu os diversos problemas de escolarização e formação do movimento. Faltava como ainda falta, pessoal habilitado para o exercício do magistério, principalmente, para os

níveis mais elevados de ensino bem como técnicos para as áreas da produção, da gestão dos assentamentos.

Ora, esses problemas, são ainda hoje um desafio para essa organização, já que de acordo com as suas concepções, os educadores dos assentamentos bem como os técnicos em geral da reforma agrária devem ser defensores e lutadores pela implantação da mesma, isto é, os mesmos devem ser membros do acampamento, fazerem parte das mesmas discussões, lutarem pelos mesmos objetivos.

Tal exigência advém como prevenção a inúmeros problemas ocorridos com alguns profissionais da educação quando instalaram-se as primeiras escolas nos acampamentos. Problemas que vão desde faltar aulas até fazer campanha contra a própria luta dos assentados.

Esses motivos fazem com que o MST hoje, desenvolva programas com as Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação, UNESCO, e também, com as Universidades(vide Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA), na tentativa de solucionar ou minimizar tal situação. Atualmente, o movimento conta com um setor específico de Educação. Inclusive, com um Curso de Magistério e articula-se, para a criação de uma Faculdade de Educação.

Diante de toda essa trajetória chega-se a um novo momento do estudo ora em curso, isto é, na análise dos resultados da pesquisa realizada que se encontra exposta no próximo capítulo .

PARTE II

O SER E O AGIR DO MST: CONSTRUINDO NOVAS RELAÇÕES E NOVOS SUJEITOS SOCIAIS

Vem, lutemos
punho erguido
nossa força nos leva a edificar
nossa pátria
livre e forte
construída pelo poder popular(Hino do MST)

CAPÍTULO 3

A SIGNIFICAÇÃO DE PERTENCER AO MST

Inicialmente, busca-se apreender a significação do pertencer ao MST como movimento capaz de engendrar um processo de despertar consciências e práticas sociais específicas da luta pela mudança de realidades concretas(imediatas) e da luta pela transformação social(mediata), não apenas no campo, mas no conjunto da vida social.

Certamente, compreende-se que é uma tentativa de interpretar o MST a partir de seus próprios construtores mais diretos, os militantes e especificamente neste estudo, os dirigentes entrevistados. Ou desenvolver um olhar que

focaliza especialmente as pessoas que constituem este movimento, ou talvez seja melhor dizer, a experiência humana de constituir o MST, e de participar da produção de sua identidade social, cultural, política...buscando enxergar sobretudo seus sujeitos humanos, os trabalhadores e as trabalhadoras sem-terra, ao mesmo tempo que conseguir vê-los em perspectiva, quer dizer, na relação com o Movimento.(CALDART, 2000:19-20)

Nesse sentido, procura-se esclarecer a origem desses sujeitos; o conhecimento inicial; os impactos na vida pessoal e no pensamento pela escolha feita; as formas pelas quais o movimento produz e se reproduz; as contribuições individuais na construção do mesmo.

Dessa forma, a questão que principia, refere-se ao modo de vida que tinham antes de entrar no MST. O que faziam ? As respostas foram diversificadas: comercializavam produtos; trabalhavam na roça; eram

professores; servidores públicos; estudantes dentre outros. Porém, algumas respostas chamam a atenção pela menção de participação nos movimentos da Igreja Católica, como as Comunidades Eclesiais de Base-CEB's e a Pastoral da Juventude do Meio Popular- PJMP.

As respostas demonstram tanto a diversidade dos setores originários desses sujeitos quanto, os espaços onde os mesmos encontraram a possibilidade de questionar o seu universo, o seu *modus vivendi*, ao mesmo tempo singular e plural. Em outras palavras, os dirigentes do MST em foco, não necessariamente, são sem-terra mas, fazem parte de um conjunto de despossuídos da propriedade, seja do campo ou da cidade, que em circunstâncias específicas de suas trajetórias uniram-se ao coletivo de trabalhadores como eles, sem posses.

Certamente não se questiona a constituição básica do movimento que de acordo com STÉDILE(1993:28) é de parceiros, arrendatário não-capitalista; os posseiros; o assalariado rural; e o pequeno agricultor. Contudo, ao longo de seu percurso o MST foi incorporando em suas fileiras, militantes oriundos de outros segmentos sociais demonstrando assim, uma grande capacidade de convencimento de suas propostas.

Quanto ao fato de parte de seus militantes serem oriundos das hostes da Igreja só confirma outras tantas pesquisas que apontam nesse sentido, ou seja, expõem a importância dos espaços de socialização política criadas por essa instituição durante o regime militar, fruto de reflexões advindas da Conferência de Medellín(Colômbia). As CEB's, a CPT, as Pastorais da Juventude entre outras vão exercer forte influência entre aqueles considerados pela Igreja como os pobres e oprimidos da sociedade.

Com essa nova compreensão a prática social da Igreja muda radicalmente. Pois inverte a lógica de sujeitos passivos frente a realidade do mundo e de seu processo libertador. Agora os pobres são, eles próprios, sujeitos criadores da Igreja (BOFF, 1992:35).

Tais espaços teriam surgido da “expropriação da terra e a exploração do trabalho...a própria conjuntura nacional ajudou a reforçar as comunidades eclesiais de base”(BETO, 1981:20-2). Dessa forma, “as CEB’s tornaram-se lugares de reflexão, o espaço de socialização política, onde o objetivo do trabalho pastoral era a conscientização acerca da realidade dos participantes”(FERNANDES, 1996:72).

As CEB’s também se constituíam em espaços de comunicação e aprendizagem já que as pessoas ali se reuniam para falarem de seus problemas, de suas lutas individuais e coletivas, de suas esperanças. Contudo, não ficavam apenas na dimensão da fala mas se utilizavam do método adotado por essa nova postura da Igreja: o ver, julgar e agir.

Na fala dos sujeitos entrevistados, surgem a constatação desses organismos como propiciadores das primeiras reflexões e questionamentos que tiveram acerca de seu mundo. Se nota que,

a Igreja está no início com as CEB’s:

..a gente foi começando a participar das atividades da igreja, né? A gente já vinha assim com a luta...já vinha na luta também na questão da luta pela terra, das comunidades de base, das CEB’s, né?(entrevista realizada em 06/05/2000)

Mais uma vez a Igreja com suas Pastorais:

...participava mais assim do movimento da igreja, principalmente da Pastoral da Juventude...(entrevista realizada em 06/05/2000)

Antes eu fazia parte da PJMP...fazia parte do grupo e a gente fazia, era um grupo mais que discutia a realidade do jovem mais a nível rural.(entrevista realizada em 06/05/2000)

Contudo, em momento posterior esses mesmos sujeitos explicam a limitação desses espaços para a continuidade de suas militâncias, de sua luta pela terra.

Dessa maneira se chega ao segundo questionamento constituinte do trabalho, qual seja, a forma de conhecimento do MST. Obtendo-se mais uma vez uma diversidade nas respostas. Todavia, destaca-se como instrumentais nesse processo: a própria ação do MST(as ocupações); a Igreja(Pastorais); a Imprensa; e visitas a acampamentos e assentamentos.

Tais resultados, manifestam os principais canais pelos quais o movimento fez-se existir e se tornar conhecido para a sociedade. Daí serem os mais citados pelos pesquisados.

As ocupações fornecem ao MST um caráter singular de intervenção na realidade considerada opressora e o aproximam de movimentos sociais do passado recente como as Ligas Camponesas que também tinham nessa forma de luta uma de suas principais táticas. Inclusive tendo um lema central: Reforma Agrária na lei ou na marra.

Para o MST as ocupações significam a vida do movimento, a condição de expor para a sociedade o caráter concentrado e centralizado da propriedade capitalista no campo. Por isso, sempre que manifesta-se através das ocupações a imprensa abre espaços significativos para tendo em vista que é algo impensável do ponto de vista da dominação que os explorados de uma dada sociedade se organizem para enfrentá-la.

Ao referir-se a essa tática de luta pela terra, STÉDILE(1999:113) comenta:

Teria muitos aspectos para abordar sobre a ocupação. Primeiro, é uma forma de luta contundente, não deixa ninguém ficar em cima do muro, obriga todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra...É um perigo neste país um cara ser pobre e organizado. Os pobres existem por ai dispersos e ninguém se queixa deles. Se se organizam e fazem uma ocupação, ela é tão evidente e tão contundente que obriga a sociedade a se manifestar.

O referido autor comenta ainda o papel aglutinador de pessoas exercido pelas ocupações. As falas expressam a influência dessa forma de luta tanto propiciando o conhecimento inicial do movimento quanto despertando para a militância no mesmo.

O contato e a paixão inicial são reveladores:

A gente foi pra primeira, participou da primeira ocupação aqui no INCRA, a gente já começou a se apaixonar pelo Movimento Sem Terra.(entrevista realizada em 07/05/2000).

Conheci o MST através de uma companheira do Piauí que veio fazer uma ocupação na regional onde eu sempre morei...(entrevista realizada em 07/05/2000).

A observação do agir do MST para poder se decidir:

Eu conheci no ano de 95 quando veio um grupo fazer um trabalho...né? Organizando o pessoal para levar pra terra, né? Aí assim, nesse momento eu não ingressei no movimento, né? Aí quando foi em 96 houve um outro trabalho, né? ...que era pra uma ocupação de outra área aí a partir desse momento aí foi que eu ingressei, aí fui e participei da ocupação aí comecei...(entrevista realizada em 07/05/2000)

Quanto à influência da Igreja, já ressaltada acima, outro aspecto merece menção pelos entrevistados: a ponte que a mesma organizava para a inserção dessas pessoas no MST.

Daí observar-se o elo da religião com a política:

O movimento, a gente conheceu através das informações da imprensa e através das próprias reuniões da Pastoral da Juventude que se fazia....a gente tinha um trabalho de pastoral e aí conhecemos é através dessas reuniões que o pessoal do movimento tava fazendo....(Entrevista realizada em 07/05/2000).

...os meninos andando por lá, nos próprios encontros de jovens, a gente chamou pra alguém do movimento, mesmo sendo da PJ ...mas que ele a gente convidou...e aí me convidaram pra que eu participasse de um curso do movimento e a partir daí eu já ingressei no movimento sem terra.(Entrevista realizada em 07/05/2000)

Denota-se, não só o fato da Igreja ser a referência inicial de luta desses sujeitos mas também a possibilidade de avançarem em termos organizativos, i.é., inserirem-se numa organização política identificada com seus interesses mais específicos e conseqüentemente, dar passos rumo a transformação social.

Prosseguindo a análise, o questionamento que norteia a discussão agora é o porquê de ter escolhido o MST? Por que quis fazer parte? A maioria destacou o fato de ter participado de outros movimentos mas foi no MST que identificaram diferenças motivadoras, tais como: ser sério; lutar por coisas concretas; mudar a realidade dos trabalhadores rurais; ser uma verdadeira organização, etc. Outros destacaram a luta pela transformação social e a luta pela reforma agrária como os motivadores de sua entrada no movimento. Por suas opiniões isso fica evidente pois,

A Mídia expressa a ideologia dominante mas também a percepção da luta de classes:

...eu comecei a ver que além do que era passado pela mídia que o movimento era um movimento de baderneiros existia por trás uma luta de classes, uma luta por uma transformação social aí eu me interessei por fazer parte....(entrevista realizada em 06/05/2000).

O MST é uma organização que luta para que as pessoas se tornem verdadeiramente novas :

Eu quis fazer parte porque ...o movimento me mostrou o que seria uma verdadeira organização...mostrar alguma coisa de prática, de ideológico para as pessoas onde elas se tornassem verdadeiras pessoas capazes de serem construtoras de uma determinada coisa...(entrevista realizada em 07/05/2000).

A luta pela Reforma Agrária e pelo resgate do ser humano atrai:

Porque o Movimento Sem Terra ele é um movimento que luta pelo um objetivo que é a questão da reforma agrária e também ele luta no resgate do ser humano, do cidadão brasileiro.(entrevista realizada em 06/05/2000).

A seriedade do MST ao lutar pelos trabalhadores:

...o que eu vejo no Movimento Sem Terra é um movimento sério, é que é um movimento que está aí lutando pela causa dos trabalhadores e aí esse foi o principal motivo porque que eu quis ingressar no movimento...(entrevista concedida em 07/06/2000).

Tais considerações refletem a significação que o MST assumiu na vida desses dirigentes no momento da busca por uma participação mais intensa na luta por uma vida digna no campo.

O respaldo adquirido pelo MST frente a seus militantes, frente aos outros movimentos sociais e a sociedade em geral, parece vir do fato dele ter sido capaz de mostrar 'a coisa concreta', 'o ser diferente', aos despossuídos do campo. Além de ter demonstrado a capacidade de organizar sujeitos sociais que já de tanto caminhar não tinham esperanças na vida. Como a fala do retirante de Morte e Vida Severina quando diz:

-Nunca esperei muita coisa, digo a Vossas Senhorias. O que me fez retirar não foi a grande cobiça; o que apenas busquei foi defender minha vida da tal velhice que chega antes de se inteirar trinta; se na serra vivi vinte, se alcancei lá tal medida, o que pensei retirando, foi estende-la um pouco ainda. Mas não senti diferença entre o Agreste e a Caatinga, e entre a Caatinga e aqui a Mata a diferença é a mais mínima. (MELLO NETO, 1990:58)

O MST dessa forma, se torna referência social, tanto pela força de suas propostas em resolver problemas seculares, como o é a reforma agrária; quanto por seus integrantes vislumbrarem um futuro onde não mais havia tal possibilidade.

Por isso, essa referência construiu-se no cotidiano de milhões que perceberam que o Movimento,

...está se tornando um símbolo de contestação social não simplesmente porque contesta ou pelo jeito que contesta. Sua contestação adquire força cultural e simbólica, porque suas ações se enraizam em uma questão social que é forte e justa. Forte porque mexe com a própria estrutura social de um país historicamente marcado pelo latifúndio, parente da escravidão. Consensualmente justa porque não há argumentos éticos contra a idéia de que a terra, bem natural e carregado de uma simbólica quase mágica, deve estar nas mãos de quem a deseja trabalhar e a fará produtiva.... (CALDART, 2000:22)

E trabalhar a terra é tarefa dos que nela vivem, percebendo-se sujeitos de sua própria história, com capacidade de organizar-se, de lutar por direitos, de pensar em utopias, como bem diz um de seus dirigentes:

...a gente começou a entender que para melhorar a sociedade que tava aí, só eu num canto e outras pessoas não fazia e sim, a partir do momento que nós unisse forças e que a partir do momento que eu ingressasse no movimento e que a gente começasse a ajudar uns aos outros com certeza era mais pessoa liberta em busca de uma sociedade livre para a classe trabalhadora (entrevista realizada em 07/05/2000).

Sendo assim, o ingresso no MST muda suas vidas? Sua forma de pensar? São estas as indagações agora em pauta nesse percurso de buscar explicar o pertencer ao citado movimento. A maioria é contundente ao afirmar que com certeza mudou; outros relativizam que em algumas coisas sim. Em suas opiniões destaca-se:

Mudanças no pensamento, nas convicções políticas e pessoais:

Com certeza. Acho que no sentido político, no modo de...na visão que você tem quando que entra. Hoje a juventude brasileira que não conhece de perto os problemas da classe trabalhadora, ele tá muito ligado a questão da moda, do seu mundinho, ali preso. A partir do momento que você abre sua mente pra outras coisas, você começa a mudar seu pensamento, a mudar sua posição política e consegue fazer uma transformação daquilo melhor.(entrevista realizada em 07/05/2000).

Mudaram assim, porque antes o sonho era ser aquela trabalhadora rural, morar no interior, e tudo, e que, como sabemos que a maioria dos trabalhadores, é, principalmente as mulheres é casar, ser dona da

família, da casa e tudo. E a partir que eu ingressei no Movimento Sem Terra, principalmente aí essa visão...eu já tenho outra concepção, que hoje eu tenho mais que dar minha parte de contribuição...(entrevista realizada em 06/05/2000).

O MST dimensiona os espaços da vida social:

Sim. Bastante. Eu acho que é a minha vida por exemplo, antes eu ficava mais ali, ali no meu mundinho. Ali daquele distrito e tudo. Só tinha mais conhecimento com o pessoal dali assim o meu pensamento também era um pouco mais restrito depois que eu conheci o movimento eu tive oportunidade de conhecer o próprio estado, que é o Estado do Ceará, trabalhar em outras regionais. Conhecer até outros estados para participar de encontros, de lutas.(entrevista concedida em 07/05/2000).

A percepção da exploração, da dominação:

Com certeza. Meus pensamentos e a minha vida mudaram totalmente...o Movimento Sem Terra na verdade, hoje ele me deu muita essa capacidade de eu pensar diferente, de eu reconhecer que existe aí uma sociedade com muitos explorados nesse país, dominados por uma minoria e passou na verdade a me despertar que existe uma luta de classes muito acirrada....(entrevista realizada em 07/05/2000).

Além de tudo, a conquista da terra também muda as idéias, os pensamentos:

... minha família era toda sem-terra, então, desde pai, irmãos, tudo mais, então o pensamento da gente muda a partir que a gente vai para uma nova realidade. Nós vamo lá ter um pedaço de terra...é produzir... ter as condições objetivas que é os projetos,

é casa, gado e assim por diante. Então, a visão da gente começa a mudar para melhor, ver a realidade de uma forma diferente.(entrevista concedida em 06/05/2000).

Nesse momento da análise, percebe-se a dimensão da organização política destacada por GOHN(1994:17-18), como de fundamental importância para a construção de uma consciência coletiva de um determinado grupo social. Pois a consciência individual, isolada e fragmentada vai tomando corpo ao perceber-se comum em outros que vivenciam as mesmas carências: de terra, de moradia, de saúde, de pão.

Ao mesmo tempo em que descobrem privilégios de uma minoria que se apropriou dos meios pelos quais suas carências seriam supridas, isto é, identificam interesses opostos aos seus (Idem).

Demonstra tal discussão que

A construção da cidadania coletiva se realiza quando, identificados os interesses opostos, parte-se para a elaboração de estratégias de formulação de demandas e táticas de enfrentamento dos oponentes. Este momento demarca uma ruptura com a postura tradicional de mandatários de bens de consumo coletivo: não se espera o cumprimento de promessas, organizam-se táticas e estratégias para a obtenção do bem por ser um direito social. (Idem)

A entrada no MST ou o pertencer ao mesmo, confere a esses militantes o estatuto não apenas de um cidadão no sentido liberal, de portador de direitos e deveres mas dimensiona uma existência que sabe ser sujeito de sua história, de seu passado, presente e futuro.

Pois,

Ser do movimento significa participar não apenas da luta pela terra, mas também de uma organização com objetivos sociais e políticos mais amplos, que cada vez se multiplica em novas dimensões de atuação e complexifica suas formas de

mobilização e suas estruturas de participação. (CALDART, 2000:129)

Confere a esses sujeitos a perspectiva do viver em movimento; de realizar algo de real, palpável em vidas cujas proposições iniciais eram a de conformar-se com o estabelecido pela ordem reinante. No dizer de um dirigente:

...a partir da coisa que a gente foi fazendo na prática aquilo que era uma utopia...começou a ver que a gente era capaz de fazer alguma coisa, aquilo que a gente não tinha a mínima esperança...e a partir que eu vim para o movimento, eu senti que isso era capaz porque aí, era muitas pessoas, era mais pessoas, então, que tava aí”, e o quadro mudou na minha vida de fato...eu me desapeguei dos interesses econômicos pessoais, eu passei a ver a questão da construção da riqueza, da construção das coisas, como uma coisa coletiva...(entrevista realizada em 06/05/2000).

É justamente essa dimensão educativa que permite o desraigar-se do chão; levantar vãos; ousar sonhar com o futuro ao mesmo tempo que sente-se construtor do presente. Pois,

antes de ontem estavam em uma fazenda humilhados por um patrão de latifúndio, ou, então, já expulsos do campo e vivendo em uma favela; ontem estavam em um acampamento; hoje já estão no seu assentamento; e amanhã, talvez, possam estar ajudando a fazer uma nova ocupação em outro canto do país, ou participando de mais uma grande Marcha até Brasília. (CALDART, 2000:131)

Dando prosseguimento, um novo questionamento concomitante ao anterior, ou melhor dizendo, extremamente interligados, advém a presente investigação, qual seja: entrar no MST ficou claro mas permanecer nele, porquê? Como? A formação política é um desses elementos que favorece a permanência? E como ela se dá? O que discutem? Pra quê? Quais os temas

principais? As opiniões dos militantes demonstram a multiplicidade de momentos na formação política do movimento:

A formação está assim organizada:

Nós temos três níveis de formação no movimento: primeiro é a nossa base acampada e aí temos cursos de formação integrada em um mês direto, né? Então, tipo assim ó, tem o dia na prática, tem o dia teoria e assim por diante, então, desde a formação dos grupos, desde a questão de como trabalhar na terra, então essa é a formação, é a formação de base como nós chamamos que é a formação para os trabalhadores; temos a formação, é um segundo nível que é a formação da militância, esse aí é desde curso, desde as regionais, desde encontros municipais...temos um outro nível também que é a formação de educadores da reforma agrária que são os professores, né? Nossos educadores que faz o dia-a-dia a educação dos trabalhadores...(entrevista concedida em 07/05/2000).

Na formação política se aprende a ser sujeito portador de direitos e deveres:

A formação política ela é muito importante porque a gente trabalha muito a questão da pessoa, do meu papel como sujeito hoje na sociedade que nós vivemos, que faz no despertar da gente, a gente saber que nós temos direitos e deveres que ...reivindicar por isso então hoje nós trabalhamos muito a questão da formação...(entrevista realizada em 06/05/2000).

Os livros também tem seu espaço na formação:

Quando nós entramos no Movimento Sem Terra a primeira coisa que a gente faz é já pegar livros e começar a estudar a realidade agrária, a realidade do

Nordeste, realidade do Brasil e conhecer a fundo o próprio Movimento Sem Terra...(entrevista feita em 06/05/2000).

Conhecer o MST por dentro e por fora é essencial:

Ela, a formação política da militância hoje ela se dá no sentido de que você tem que conhecer o todo do movimento, né? Se não conhece o todo pelo menos um pouco de cada coisa...os setores de comunicação, educação, formação, produção e pra hoje você tá na militância do movimento, no dia-a-dia você tem que conhecer um pouco desses setores, dominar o político da organização e por em prática (entrevista feita em 06/05/2000).

Os entrevistados apontam como temas mais discutidos em suas reuniões e encontros, a conjuntura nacional e local, história da sociedade, o campesinato, a reforma agrária, a questão de gênero, os valores, a produção e cooperação agrícola, a questão do semi-árido, a concentração de terras, o próprio MST dentre outros.

A formação política no MST é fundamental para a sua manutenção enquanto organização política que pretende não só realizar reformas imediatas mas também questionar os fundamentos da própria sociedade visando sua transformação.

Por isso a formação política é um princípio do movimento. Especificamente, a formação de “quadros”, isto é, a formação de seus dirigentes tanto atuais como os futuros. Sendo uma atividade constante, já que

Nunca terá futuro a organização social que não formar os seus próprios quadros. Ninguém de fora da organização vai formar os quadros para nós. Precisamos de quadros técnicos, políticos, organizadores, profissionais de todas as áreas. (STÉDILE, 2000:42-3)

Evidentemente, que tal formação, além de seguir uma certa formalidade no interior da organização, de cursos, palestras, encontros, etc.; ela dá-se também, no cotidiano das lutas, dos enfrentamentos, das negociações, da repressão policial, da gestão dos assentamentos, etc.

1. O Caráter Educativo do MST

Com essa abordagem o caráter educativo do movimento vem à tona. Demonstrando que a convivência coletiva propicia aprendizagens nunca antes vivenciadas; saberes novos que juntam-se a antigos, ou seja, saberes que propiciam uma nova re-leitura do mundo, do cotidiano, da exploração, da concentração de terras, da política e até de si mesmos enquanto sujeitos de um processo histórico singular, o de trabalhadores rurais brasileiros. Os depoimentos são permeados dessas significações:

A aprendizagem acontece a todo momento:

...o movimento como um todo, como todos os momentos é uma aprendizagem...desde a ocupação até a gente fazer o assentamento, como que nós vamos fazer a produção, tudo é um processo de aprendizagem, para que vamos plantar, o quê que dá melhor, vamos comercializar, todas essas perguntas que a gente vai procurando responder são momentos educativos...(entrevista concedida em 07/05/2000).

A práxis cotidiana constrói aprendizagens significativas:

...a nossa educação vem mais a partir assim do nosso dia-a-dia, a prática, a teoria e a prática, a gente estuda mas também a gente tá lá fazendo na prática...o Movimento Sem Terra é um movimento educativo porque a partir que você passa a ser um assentado

você vai vendo outra visão do quê que é aquele mundo ali, antes você era individualmente, totalmente individualmente que só pensava em si e a partir que você passa ...em um assentamento lá a discussão é coletivamente....(entrevista realizada em 06/05/2000).

As mobilizações, os acampamentos, as negociações são momentos de intensa ação educativa:

Olhe, quando a gente vai para as mobilizações a gente vai chega lá não chega com conhecimento na mobilização então, assim na hora que você sai da mobilização você já sai com uma consciência...adquire que tem alguém que não quer. Aquele mesmo governante que vai pedir seu voto é o mesmo governante que tá aqui no seu gabinete que não recebe os trabalhadores para negociar...(entrevista realizada em 07/05/2000).

Recupera-se o sentido de viver:

A gente hoje no Brasil, a gente vê que tem uns trabalhadores aí que já perderam o sentido de viver então esses trabalhadores eles, eles vão ser reeducados na questão da reforma agrária...inúmeras famílias aí que vivem passando fome, então, essas famílias elas, a gente retorna elas para a terra e ali é um espaço educativo para que volte a raiz dos trabalhadores rurais...(militante entrevistada em 06/05/2000)

Diante de tais falas se evidencia a existência de um processo educativo no interior dos movimentos sociais. Processo esse que se dá “de várias formas,...em vários planos e dimensões que se articulam e não determinam nenhum grau de prioridade”(GOHN, 1994:17).

Fazer parte do MST portanto, está repleto de sentidos para tais pessoas. É a possibilidade de ter terra, saúde, educação, participar, ouvir e ser ouvido, isto é, ter acesso a direitos elementares de um cidadania nunca antes saboreada. Porém, tal pertença não se limita tão somente a direitos e deveres mas sobretudo, participar de

um aprendizado muito importante que é o da *descentração de si mesmos* (grifo da autora), ...como também a abertura para entender uma realidade nacional, bastante diferenciada, desde múltiplos pontos de vista e não apenas desde o seu e de sua cultura. (CALDART, 2000:132)

Acrescente-se a tudo isso, a análise da conjuntura do mundo atual quando se observa que os seres humanos, notadamente os mais jovens buscam dar sentido às suas vidas tão cheias de angústias, desorientações e falta de perspectivas de futuro (idem). Ora, será que o fato de pertencer ao MST não se coloca como essa possibilidade, isto é, darem um significado às suas existências?

Sem dúvida que a procura por significações à vida se elabora em um espaço peculiar permeado por conflitos, contradições mas também de grandes possibilidades de questionamento da situação de exploração em que milhões de pessoas vivem. Tal espaço aqui enfocado, é o cotidiano, o qual se discute no próximo capítulo.

Braço erguido ditemos nossa história
sufocando com força os opressores
hasteemos a bandeira colorida
despertemos esta pátria adormecida
o amanhã pertence a nós trabalhadores!

CAPÍTULO 4

O COTIDIANO: ESPAÇO DE LUTAS E CONTRADIÇÕES

A análise dessa categoria envolve tanto a questão do cotidiano dos dirigentes do MST quanto os discursos elaborados e veiculados no interior do mesmo visando observar as contradições vivenciadas ou não por esses sujeitos sociais no que se refere as formas pelas quais os mesmos apreendem e reproduzem o seu mundo visando implementar suas propostas de transformação social.

Onde coloca-se as questões: o que é mesmo o MST? Qual sua importância para o povo? Como é o cotidiano de seus militantes? Como tomam suas decisões? Como convivem com sua estrutura orgânica? Como lidam com seus problemas táticos? A convivência com instrumentos capitalistas, como o lucro por exemplo, como se dá? Seu projeto é viável?

Na tentativa de responder tais questões busca-se inicialmente, discutir a categoria cotidiano como espaço social que engendra em si, contradições tanto de ordem econômica, política, social, ideológica, cultural, enfim, as que se colocam pelo próprio convívio social.

Sendo que é nesse espaço que os sujeitos sociais estabelecem entre si, múltiplas relações, seja de reprodução do sistema social como de sua transformação. Dessas relações destaca-se aqui, os discursos elaborados e veiculados pelo MST entre seus dirigentes e a práxis efetiva decorrente desses discursos.

Para tanto, referência obrigatória na análise do cotidiano é AGNES HELLER, que rompeu com uma tradição teórica(marxismo soviético) onde a discussão dessa temática era relegada a um plano secundário. Para a

autora, todos os homens, independentemente de seu lugar na divisão social do trabalho, vivem o cotidiano, a vida cotidiana:

A vida cotidiana é a vida de todo homem...Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais "insubstancial" que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente. (HELLER, 1989:17; grifos da autora)

Dessa forma, apreende um conceito que relativiza-se com a dinâmica da vida social, ao colocar a ambigüidade humana frente ao particular e o universal, o mediato e o imediato.

A vida cotidiana, de acordo com HELLER(1970:18), compõem-se das seguintes partes orgânicas: “a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação”. Nela encontra-se a heterogeneidade e a hierarquia, circunstâncias necessárias para a vida cotidiana; a primeira, refere-se “...ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade...”; a segunda, modifica-se “de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais”(idem).

Assim, a vida cotidiana apresenta formas próprias de estrutura e pensamento que a caracterizam: espontaneidade, pragmatismo, economiscismo, andologia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mímese e entonação. Tais estruturas permitem ao indivíduo a possibilidade do movimento pois, se tais formas absolutizam-se, tem-se aí, a alienação da vida cotidiana (idem:37).

Tal compreensão remete buscar agora, a fala dos sujeitos ora em debate acerca de seu cotidiano como dirigentes do movimento:

O militante de vinte e quatro horas:

É o dia-a-dia do militante ele, geralmente a gente até brinca assim, diz que a gente fica vinte e quatro horas, na verdade a gente não fica mais o militante tem sempre que está disponível e a disposição, então, ou ele tá fazendo atividade nos assentamentos, no acampamento de formação ou ele tá estudando, então a gente não para...(entrevista realizada em 07/05/2000).

Diversão e renúncia andam juntas:

É...o dia-a-dia da militância no MST é um... pouco divertida, um pouco meio...digamos assim, complicado no sentido de que...a partir do momento que você se engaja no movimento, você tem que...como se diz, largar de algumas coisas e aí quando falo largar, você vai Ter que se acostumar com seu cotidiano, há tá longe de família, é tá longe dos amigos que você tinha que aí, daí não vai mais Ter a proximidade que tinha e se...no caso se tem esposa ou namorada também vai Ter que aprender a atuar com isso...(entrevista em 06/05/2000).

A onipresença da militância:

Ah! O dia-a-dia do militante do movimento ele é um dia-a-dia corrido, né? A gente muitas vezes, a gente não tem tempo para a família da gente, né?...então nossa vida do militante, ela é uma vida que a gente tá em todo canto em todos os momentos, né? Então, uma vida corrida, uma vida preocupada mas no mesmo instante ela é uma vida boa porque nós estamos contribuindo com o surgimento de uma sociedade livre...(07/05/2000).

Se pensar na transformação social tem que se desligar de certas coisas:

Então, é um dia... é uma...é meio corrido, é meio corrido. É muito bom tá no movimento, é uma coisa maravilhosa mas você tem que cortar um monte de coisa que você fazia antes que hoje não dá muito tempo você fazer, né? Quando você pensa numa transformação, numa coisa diferente você tem que tá mais desligado de certas coisas que você gostava de fazer antes.(entrevista em 06/05/2000).

O militante que não pára mas combate incessantemente:

Bom, o dia-a-dia do militante do MST é uma coisa, não pára, você não tem tempo de pensar, assim, se você for parar pra pensar na sua família, na sua vida particular, você não tempo, você não vai para a luta, você não vai para o embate, para o combate como se diz. Então nós como militante temos que está preparado para enfrentar ...a sociedade com o que eles tem que é o conhecimento acumulado, então, para nós o dia-a-dia do militante...tem que ser baseado na luta do dia-a-dia, quer dizer, de tá aí nas reuniões, nas mobilizações, nas ocupações na capacitação dos nossos quadros, na formação da base...(entrevista realizada em 06/05/2000).

Essas colocações fornecem diversos significados ao se defrontarem com a teoria exposta anteriormente, sobre a instauração da vida cotidiana, no sentido em que se observa que nas mesmas os dirigentes expressam a completa dedicação de seu cotidiano no fortalecimento de sua dimensão humano-genérica, usando a expressão de HELLER(1970:28-9). Ou seja, voltam-se por completo para as atividades que se pretendem de transformação social, ou melhor ainda, atividades revolucionárias.

No dizer da autora,

A homogeneização em direção ao humano-genérico, a completa suspensão do particular-individual, a transformação em “homem inteiramente”, é algo de excepcional na maioria dos seres humanos.(idem:28)

Todavia assevera que tal homogeneização deixa de ser excepcional em indivíduos “cuja paixão dominante se orienta para o humano-genérico e, ademais, quando tem a capacidade de realizar tal paixão”(idem).

Ora pelas análises anteriores, observa-se nesses dirigentes essa dimensão humano-genérica, seja pelo encantamento dos mesmos, e porque não dizer paixão pela luta e pelas conquistas já obtidas tanto em suas vidas como na de inúmeros trabalhadores rurais seja, pelo seu cotidiano completamente voltado para as atividades do movimento como bem disseram anteriormente.

Contudo, faz-se necessário observar que apesar dessa dimensão ser bastante incentivada e aceita pelos dirigentes ela não pode se tornar a única na vida cotidiana dos mesmos, já que a cotidianidade é composta também pela vida privada, os lazeres, o descanso e a purificação (HELLER, 1970:18). Não se pode esquecer portanto, que “possuem também, como todos os outros homens, uma vida cotidiana; o particular-individual manifesta-se neles, tal como nos demais homens” (idem:28).

Ressalta-se ainda nesse debate, a contribuição de MARTINS(1996:35) quando comenta que a instauração da vida cotidiana dá-se “quando as pessoas são levadas a agir, a repetir gestos e atos numa rotina de procedimentos que não lhes pertence nem está sob seu domínio”. Ora, dessa forma ocorreria a alienação do mundo real já que o sujeito torna-se mero repetidor de idéias e atos que pertencem a outrem.

Aliás, MARX(1996) já se referia ao trabalho alienado, como elemento fundante da vida cotidiana, ao explicitar que:

no estágio da economia, esta realização do trabalho se manifesta para o trabalhador como perda de sua realidade, a objetivação como perda do objeto e sua escravização a ele, a apropriação como estranhamento, como alienação. (MARX apud MARTINS, 1996: 35)¹³

Por isso afirmar que a formação do indivíduo nessa dada realidade torna-se unilateral e portanto, incompleta do ponto de vista humano. Pois,

Se as circunstâncias em que este indivíduo evolui só lhe permitirem um desenvolvimento unilateral, de uma qualidade em detrimento de outras, se estas circunstâncias apenas lhe fornecem os elementos materiais e o tempo propício ao desenvolvimento desta única qualidade, este indivíduo só conseguirá alcançar um desenvolvimento unilateral e mutilado. (MARX, 1992:28)

Então, se no MST os dirigentes e militantes são levados a um tipo de atividade cotidiana que não abre espaço para vivências particulares, individuais, como por exemplo, “não ter tempo para a família ou namorada” ou outras “coisas que faziam antes do movimento” tal formação tenderá a ser determinada pelas circunstâncias de suas atividades políticas pelo fato de ser a atividade essencial de suas vidas, tornando-se assim, unilateral, mutilada e porque não dizer, alienada.

Nessa perspectiva, MARTINS(1996:35) afirma que:

A vida cotidiana começa a nascer quando as ações e relações sociais já não se relacionam com a necessidade e a possibilidade de compreendê-las e de explicá-las, ainda que por meios místicos ou religiosos; quando o resultado do que se faz não é necessariamente produto do que se quer ou do que se pensa ter feito. O vivido torna-se o vivido sem sentido, alienado.

Todavia, vale lembrar mais uma vez, HELLER(1970:39), quando considera a vida cotidiana, entre as diversas esferas sociais como sendo “aquela que mais se presta à alienação”, reitera que a mesma não é

¹³ MARX, K. Manuscritos de 1844, trad., Emile Bottigelli, Editions Sociales, Paris, 1962:57.

“necessariamente alienada” já que o indivíduo em seu pensamento e ação, deixa margem que possibilita o movimento e a explicitação da experiência cotidiana. Existindo aí a possibilidade de questionamento da mesma.

Evidentemente, tais argumentos expressam a contradição da vida social de forma genérica, mas também, do ponto de vista particular, da que é regida pelo capital, que ao mesmo tempo, em que aprisiona o indivíduo(ser social) na esfera cotidiana para manutenção da ordem estabelecida, coloca a possibilidade de questionamento do real, do existente.

Daí que no âmago desse debate surgem algumas questões: como o indivíduo se "desprende" do cotidiano para questioná-lo? Quais instrumentos são necessários para o desvelamento do real?

Nas reflexões sobre a práxis¹⁴ humana, realizadas por MARX, enquanto categoria central de seu projeto emancipatório, a mesma aparece como um desses instrumentos. Como atividade criadora, ao produzir-se historicamente, renovando-se sempre e constituindo-se numa unidade envolvendo homem/mundo, matéria/espírito, sujeito/objeto, do produto e da produtividade (KOSIK, 1995:222).

Bem quanto à práxis o MST busca em termos gerais, como já demonstrou-se em momentos anteriores, questionar o mundo real, suas contradições, suas desigualdades. Busca ainda propiciar uma formação ampla para seus militantes e dirigentes. Contudo, é bom observar aqui, a junção necessária entre os elementos práxis e discurso como fundantes da vida social e portanto, metodologicamente, inseparáveis.

¹⁴ Cf. MARX/ENGELS. A Ideologia alemã (I Feuerbach). Tradução José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira, 10^a ed., São Paulo: HUCITEC, 1996:39. Vale observar que: “A práxis social assume assim a forma da atividade prática revolucionária que implica na destruição de uma determinada ordem social para instaurar ou criar uma nova estrutura social”(VÁZQUEZ, A. S. Filosofia da práxis. Tradução Luis Fernando Cardoso. 3^a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990:377.

Na tentativa de compreender a questão do discurso busca-se, inicialmente, FOUCAULT(1976:133) que ao analisar as relações entre discurso e poder, o concebe como

uma série de segmentos descontínuos, cuja função táctica não é uniforme nem estável. Mais precisamente: não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso acolhido e o discurso excluído ou entre o discurso dominante e o discurso dominado; mas como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem atuar em estratégias diversas.

Explicitando melhor seu pensamento afirma ainda que: “o discurso é o caminho de uma contradição a outra: se dá lugar às que vemos, é que obedece à oculta”. (FOUCAULT¹⁵ Apud VOESE,1998:101). Por isso é primordial a análise do discurso para que tais contradições revelem-se, ou seja,

Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência. (idem)

Ora a elaboração de FOUCAULT sobre o discurso recebe críticas de PÊCHEUX¹⁶ Apud BRANDÃO(1997:32-5) quando preocupa-se em identificar a relação dos processos discursivos numa relação ideológica de classes. Nessa direção percebe-se que,

... o discurso, pois, tem a sua produção condicionada a regras e procedimentos institucionais, o que remete à concepção de que o(s) sentido(s) de todo e qualquer discurso precisa(m) ser controlado(s) em função dos conflitos sociais. Por isso, o discurso é ideologicamente determinado. (VOESE:1998:43)

¹⁵ FOUCAULT, M. A Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987: 173-4.

¹⁶ PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi et alii, Campinas: editora da UNICAMP, 1988.

Daí inferir-se que o discurso “é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, é um dos aspectos materiais da “existência material”(sic!) das ideologias”(BRANDÃO, 1997:37).

É válido observar portanto, a noção que se tem de ideologia. Em absoluto, não deseja-se adentrar nesse profícuo debate mas somente registrar em que sentido a mesma se referêcia na presente análise, isto é, na sua inter-relação com as formações ideológicas e discursivas.

Concorda-se aqui que na busca de uma definição para ideologia

...é preciso observar que uma formação social multifacetada culturalmente, isto é, com diferenciados sistemas de referência que constituem diferentes representações de sociedade, só pode manter-se se for controlado o permanente risco de confronto. O risco pode, ao menos, ser minimizado por um processo que tenta homogeneizar o heterogêneo.(VOESE: 1997:34)

Nesse raciocínio, chegar-se-ia a função da ideologia ou a uma noção simplificada da mesma, qual seja, a de controlar os conflitos sociais existentes em um dada formação social onde existam interesses de classes antagônicos. Mas para que isso ocorra faz-se necessários instrumentos mediadores capazes de homogeneizar o heterogêneo, privilegiando sempre o mundo cultural e as visões de sociedade dos grupos e/ou classes sociais hegemônicas. O discurso e a língua, portanto, são dois deles.

As relações entre língua, discurso e ideologia são analisadas por VOESE(1997:43) da seguinte forma:

É, pois, o discurso, como a ideologia, um produto e um processo, é instituído e instituinte. E é nessa relação de produto e processo que entendo a relação de língua e discurso: a língua é o produto que resulta do processo discursivo e é o que se faz imprescindível para que ele possa realizar-se sempre de novo. A língua, em consequência, nunca é produto acabado porque há o processo continuo dos acontecimentos discursivos.

Por isso, o autor citado, entende o discurso como sendo “um acontecimento lingüístico e social, único e irrepitível produzindo diversos sentidos porque se constrói com o material lingüístico, e é heterogêneo porque reflete a multifacetação cultural do tecido social” (VOESE,1998:43).

Em SADER(1995:57), todavia, encontra-se uma distinção bastante sutil entre discurso e linguagem. Assim aborda:

...a linguagem não é um mero instrumento neutro que serve para comunicar alguma coisa que já existisse independentemente dela. A linguagem faz parte das instituições culturais com que nos encontramos ao sermos socializados.

Já o discurso, refere-se ao “uso ordenado da linguagem, numa fala ou num texto em que o sujeito se dirige a um público(ou, no limite, a uma segunda pessoa)” (ibid.:59). Então, ao ser instrumento de relação com o(s) outro(s) e com o mundo ao seu redor é que os discursos expressam as carências e demandas da vida cotidiana; expressam-se

...numa carência de casa própria ou de um barraco, de sapatos ou de vestidos, de feijão com arroz ou carne-de-sol, de escola para os filhos ou televisão. É através dos discursos que a demanda do reconhecimento da própria dignidade pode ser satisfeita por meio do trabalho árduo ou da preservação do fim de semana para pescar, da liberdade individual ou da integridade da família, do culto religioso ou da liberdade política.(SADER, 1995:58-9)

Tais argumentos induz à análise dos discursos dos dirigentes do MST sobre o que é o movimento, sua importância social, suas principais propostas, seu projeto para o Brasil, sua convivência com instrumentos capitalistas, como o lucro por exemplo, na tentativa de compreender que as pessoas falam não “apenas em suas palavras e seus textos, seus discursos e

seus escritos, mas (também) nas instituições, práticas, técnicas e objetos que produzem” (FOUCAULT¹⁷ Apud VOESE, 1998:42). Suas respostas:

Sobre o caráter sindical do MST:

O Movimento dos Sem Terra é o movimento dos trabalhadores sem terra, um movimento social de caráter sindical...é um movimento que foi criado dentro de outras organizações como a Liga Camponesa e de experiências boas que esses movimentos iniciaram que terminaram....(entrevista realizada em 07/05/2000).

O MST é de massas e autônomo:

O MST ele é um movimento de massa, é autônomo e que ele é feito por filhos de trabalhadores, de trabalhadoras que nunca tiveram a chance de estudar, que nunca tiveram um pedaço de terra pra morar...(entrevista concedida em 06/05/2000).

O MST luta pelo socialismo:

Hoje o MST eu acho que é um movimento que engloba todos aqueles que ainda acredita que no Brasil nós podemos através da luta, união e organização da classe trabalhadora conquistar o socialismo. Iniciando pela feitura da reforma agrária.(entrevista em 07/05/2000).

O MST é um movimento de cunho popular:

O Movimento Sem Terra pra mim é um movimento popular...(entrevista realizada em 07/05/2000)

¹⁷ Idem:137

Aparentemente os discursos parecem convergir na afirmação de ser um movimento de trabalhadores sem terra que organizaram-se para efetivar com suas próprias forças a reforma agrária prometida governo após outro. No entanto, é válido considerar as respostas que deduzem que o MST é um “movimento de caráter sindical” ou que congrega pessoas para “conquistar o socialismo” já que em si tenderiam a ser contraditórios no sentido já explicitado anteriormente.

Sobre o discurso do movimento congregar indivíduos que almejam uma sociedade diferente é rotineiro entre os mesmos. Porém a utilização do termo socialismo é que se diferencia dos demais pois o mesmo é cheio de significados políticos e estratégicos, isto é, envolve uma discussão de qual matriz teórica o MST concebe o socialismo e quais as estratégias e as táticas que utilizam para a consecução desse objetivo. Ou pensam tais dirigentes que a derrocada do capitalismo dar-se-á por meios pacíficos? Ou vislumbram inicialmente uma revolução cultural?

Quanto a questão de ser o MST um movimento de caráter sindical demonstra uma formulação que precisa de maiores aprofundamentos pois também remete analisar em que sentido é sindical. Seria no sentido corporativo?

Ora para STÉDILE(1999:34) uma das características do movimento é o componente sindical pois “a possibilidade de conquistar um pedaço de terra é o que motiva uma família a ir para uma ocupação ou permanecer acampada por um período indeterminado”.

Na perspectiva do referido autor, o diferenciador está em que o movimento conseguiu “casar” interesses corporativos com os de classe, incrementando assim o caráter político do mesmo. Daí lembrar que “qualquer movimento camponês que restringir sua luta ao aspecto corporativo, sindical, estará fadado ao fracasso”(ibid:35).

No tocante a importância do MST para o país, os entrevistados destacam uma diversidade de opiniões: incentivar as pessoas a se libertarem; mostrar a verdadeira cara do país; transformar a vida das pessoas; resgatar o ser humano; pensar na transformação social, dentre outras idéias; Quanto as propostas mais importantes do movimento foram citadas: a conquista da terra através das ocupações; a reforma agrária; a transformação social. Na discussão sobre a convivência nos assentamentos com o lucro revela-se uma certa dificuldade nas respostas já que alguns explicitam que tal questão ainda é “um entrave” para o movimento admitindo inclusive, que existem pessoas do grupo que estão estudando sobre o assunto. Outros no entanto, afirmam que discutem no coletivo e que todo excedente é dividido entre os trabalhadores ou é reinvestido nas áreas de assentamento. As falas são significativas:

Sobre as dificuldades da vida e sobre à pergunta feita:

A gente...esse é um dos problemas que a gente tá encontrando, né?...nós temos uma proposta dum projeto popular e junto com esse projeto popular, quando nós construir esse projeto popular aí sim, nos vamos também mudar essa proposta ai de comercialização, nós vamos mudar essa proposta que o governo vem empurrando contra nós e nós somos em alguns momentos, nós somos obrigados a contribuir, a contribuir não, nós somos obrigados a acompanhar, e se nós não acompanhar em alguns momentos nós vamos ficar para trás, então, em algum momento nós somos obrigados a competir e acompanhar esse sistema aí.(06/05/2000).

Isso é uma ...muito difícil de nós poder conviver com isso. Infelizmente nós ainda não temos totalmente uma sociedade independente...(06/05/2000)

O projeto é de distribuição igualitária, cooperativista:

O nosso projeto de sociedade é ... é aquele projeto de sociedade aonde os bens são divididos entre todos...(entrevista realizada 07/06/2000).

O MST sempre discutiu trabalhar de forma cooperada nos assentamentos então é tanto que nós temos aí o sistema cooperativista dos assentados em que a gente trabalha no fim que todo mundo produza e possa então se apropriar do excedente através, é coletivamente...(entrevista realizada em 07/05/2000).

Mais uma vez os discursos fornecem pistas para entender possíveis contradições sobre a questão do excedente no seio de um projeto que diz ser diferente. Pois indaga-se dentre outras questões, se o MST tem instrumentos capazes de identificar o excedente para a sobrevivência do excedente para a competição com o mercado capitalista? Já que alguns militantes compreendem que em determinados momentos eles são obrigados a entrar no jogo do mercado.

O discurso portanto, constitui sujeitos portadores de identidades sociais que, aqui entendo, usando um termo do passado, como consciência social de forma genérica, e consciência de classe, como forma particular.

Percebo nessas considerações, que os conceitos de discurso e consciência estão intimamente interligados e que ambos, são fundamentais no processo de desvelamento do cotidiano. Tendo em vista que o discurso pressupõe um portador, o sujeito do discurso; ora o discurso, como já foi analisado, não é neutro. Ele produz-se no seio de uma sociedade conflituosa e para que o mesmo torne-se instrumento de construção de "novos sujeitos", como objetivam os movimentos sociais, faz-se necessário que os mesmos percebam as diversas facetas desse conflito, e para tanto, a consciência de classe é imprescindível.

Todavia, ao referirem-se ao cotidiano de funcionamento de suas estruturas decisórias, nota-se um discurso outra vez imerso em contradições, revelando uma prática típica de inúmeras organizações políticas tradicionais quando falam do mesmo assunto, isto é, tendem a ocultar ou omitir a existência de conflitos internos.

Quando indagados sobre como se articulam as instâncias que compõem a estrutura organizacional do movimento e como as decisões são tomadas em seu interior suas respostas traduzem uma unanimidade considerável. As respostas:

Chefes não! Companheiros que orientam sim!:

Nós não temos dentro da nossa organização por exemplo, nós nem gostamos quando a televisão mostra um dos chefes do Movimento Sem Terra, nós não temos chefes aqui não; nós temos os companheiros que cada um de acordo com a sua capacidade orienta, organiza e contribui na organização mas os trabalhadores são quem decidem no geral, são os trabalhadores quem decidem. (entrevista realizada em 06/05/2000)

As decisões sempre se dão no coletivo:

Nossas decisões são tomadas no coletivo; nenhuma decisão individual. Porque o nosso objetivo, o nosso trabalho é trabalhar coletivo tanto na direção como na coordenação, como dentro dos Assentamentos, então tudo é coletivo. (entrevista feita em 07/05/2000).

...então, são decisões que são muito bem discutidas passa por um processo de discussão muito grande onde a gente primeiro analisa o problema, vai discutir o problema a fundo, a forma como foi feito para que a gente possa na verdade propor saídas e...formas para que a gente consiga suprir esse problema, então ela

nunca é feita de forma que a gente utilize o centralismo da pessoa única mas sim o centralismo que nós chamamos de centralismo democrático...(entrevista realizada em 07/05/2000)

Não existe o centralismo da pessoa única:

...então as decisões elas são tomadas dentro de um coletivo, da direção coletiva, não tem uma pessoa só que decide mas sim o coletivo e quem toma as decisões e depois as tarefas é que são individuais cada um tem a sua tarefa e vai executá-la mas que as decisões são coletivas.(entrevista realizada em 06/05/2000)

A democracia é um instrumental básico:

Democraticamente. Sempre que tem decisões pra tomar nós temos as instancias que discute se tomam as decisões então democraticamente tomamos...(entrevista realizada em 06/05/2000).

...onde tiver a maioria então a maioria que decide então é mais tomada nas reuniões das direções e coordenações.(entrevista em 07/05/2000)

Ora quanto a articulação entre as instâncias ocorre a mesma uniformidade de pensamentos. Seus depoimentos são reveladores:

A organização se dá das bases aos postos mais elevados:

O Movimento tem suas instâncias organizadas desde a base...até a nível nacional isso vai desde direções, coordenações, comissões, equipes que estão constantemente em contatos para que a gente consiga manter essa organização com uma verdadeira unidade e uma disciplina que hoje ...isso se dá de forma muito articulada no sentido em que nós exigimos, pedimos

que nenhuma ...está desligada da outra.(entrevista em 07/05/2000)

A unidade do Movimento é imprescindível:

... a gente consegue e ela é boa porque a gente consegue manter essa unidade do Movimento Sem Terra, né? Então nos 15 anos do Movimento Sem Terra pra cá um dos passos importantes que nós demos foi essa unificação ...(entrevista realizada em 07/05/2000)

A unidade e a disciplina como princípios organizativos:

Bem, com certeza porque uma das coisas, duas coisas que nós levamos em conta que é principio nosso é a unidade e a disciplina principalmente na nossas instâncias ser desde direção regional até coordenação e direção estadual então nós trabalhamos muito a unidade e a disciplina.(entrevista realizada em 06/05/2000)

Às vezes surgem problemas:

Bom a gente vê que o ser humano é ser humano, né? Então né? Todo dia...essa é uma direção e uma coordenação que funciona coletivo mas que às vezes também a gente também é não existe nenhum movimento sem problema, né? E que aqui e acolá nós temos nossos problemas, nossas dificuldades que nós somos um movimento autônomo, né? Não é um movimento que é dependente de assim de uma associação, que vem dinheiro do governo uma coisa assim, né?(entrevista feita em 06/05/2000).

Deduz-se inicialmente do discurso sobre como as decisões são tomadas no MST algumas questões: 1) as decisões são tomadas pelos

trabalhadores; 2) o processo é coletivo e não individual, inclusive não existindo chefes dentre eles; 3) existe um profundo processo de discussão interna; 4) as decisões no entanto, passam pelas instâncias do movimento fazendo um percurso que vai da base à direção nacional, se for preciso; 4) Existe o centralismo democrático.

Surgem no entanto, algumas reflexões: a) se são os trabalhadores dos assentamentos e acampamentos que decidem qual o papel das instâncias nas decisões?; b) Para o MST dizer que não existem chefes entre eles significa que não reconhecem o papel das lideranças que objetivamente existem em qualquer agrupamento social? Ou em termos gramscianos, não existem os “intelectuais orgânicos”? c) O recurso do centralismo democrático historicamente mostra-se como um instrumento de partidos políticos. E o MST dizendo-se movimento, o utiliza?

Certamente são questões inquiridoras mas necessárias para serem pensadas do ponto de vista de um movimento que se propõem criar uma sociedade nova, igualitária e humana.

É nesse instante do discurso que ele assume uma postura ideológica de reprodução das idéias de um dado grupo social com o fim de manter sua coesão interna e sua sobrevivência. Contudo, registra-se evidentemente, que não há uma intencionalidade dos dirigentes de mistificar o MST como sendo “o exemplo a ser seguido” porém, não evidenciam que a atual estrutura do mesmo, tende a que as decisões, por exemplo, sejam tomadas cada vez mais por um reduzido número de trabalhadores e/ou instâncias.

Outro aspecto que se observa em suas falas é a necessidade de justificar a não existência de chefes entre eles. Certamente, o termo chefe foi abolido do dicionário do MST, todavia, não se pode negar as contribuições individuais bem como a necessidade, diria GRAMSCI, da existência de dirigentes, de intelectuais orgânicos no seio das camadas

subalternas para veicular a “filosofia da práxis” em seu meio. No dizer desse teórico:

Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “por si”, sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teórico-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. (GRAMSCI, 1981:21)

Sobre a articulação entre suas instâncias merece mencionar os termos utilizados pelos militantes de “unidade e disciplina”¹⁸ os quais carregam estigmas de organizações partidárias profundamente autoritárias onde a livre expressão das minorias bem como as divergências internas, são silenciadas em nome da sobrevivência da organização.

Todavia, o MST tem na disciplina um de seus princípios que assim é definida por STÉDILE(1999: 41-2):

Se não houver um mínimo de disciplina, pela qual as pessoas respeitem as decisões das instâncias, não se constrói uma organização. Não é militarismo ou autoritarismo. Muito pelo contrário. Repito, até para combater certos desvios basistas, que a democracia também exige normas ou regras para serem seguidas.

Por tal argumentação denota-se a aplicação desses instrumentos no cotidiano do Movimento dos Sem Terra, mesmo que historicamente sejam requisitos de um comportamento de sujeitos organicamente ligados a partidos políticos. Aliás, possibilidade remota em termos organizativos de adoção pelo conjunto dos dirigentes entrevistados, melhor dizendo, o MST

¹⁸ Cf. STÉDILE, J. Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil, São Paulo: ed. Fundação Perseu Abramo, 1999 onde o autor explica o sentido dos termos ‘unidade e disciplina’ utilizados pelo movimento.

não será um partido, não deixará de ser movimento. Seus discursos são reveladores dessa afirmação:

Partido, nem pensar diz um dirigente:

Olha, isso tá totalmente fora de cogitação, isso nunca foi discutido na nossa organização, nós vamos continuar sendo o Movimento Sem Terra e vamos continuar usando a tática das ocupações até que seja feita a reforma agrária justa nesse país. (entrevista em 06/05/2000)

Outro afirma que ser partido não resolve:

...nós achamos que ser um partido político não resolve a situação se resolvesse a situação o PT, o PSB, PC do B, outros partidos já teria resolvido e eu acho assim a partir que a gente deixa de ser um movimento de massa, um movimento que tá lá fazendo pressão, um movimento organizado, vá ser um partido nós estamos perdendo o apoio da sociedade e perdendo os nossos princípios organizativo então jamais nós pensamos assim de criar um outro partido... (entrevista realizada em 07/05/2000)

Outro diz que seria o fim do MST:

Um partido a gente diria se a gente se tornasse um partido provavelmente a gente acabaria. Porque deixaria um pouco o caráter, as idéias, os princípios que a gente tem enquanto movimento, então, não tá na nossa cabeça assim de se tornar um partido político acho que a gente perderia com isso... (entrevista em 06/05/2000)

Outro complementa que o PT é o partido dos trabalhadores:

O MST hoje, muitas pessoas, muitos intelectuais, outros, dizem que o MST pretende criar um partido, não, nós temos partido hoje, temos partido aí e temos um partido que é o nosso: o Partido dos Trabalhadores é dos trabalhadores e o Movimento Sem Terra nunca pensou em momento algum ser um partido ou ser um órgão, uma entidade paramilitar, não, nosso objetivo é trazer presente a necessidade de se fazer a reforma agrária no Brasil...(entrevista realizada em 07/05/2000).

Pelas colocações acima percebe-se uma certa resistência à possibilidade do movimento tornar-se um partido. Nesse contexto caberia uma indagação: pode-se atribuir tal discurso a uma certa descrença que se generaliza no conjunto da sociedade tanto sobre a política eleitoral (vide abstenções, votos nulos e brancos) quanto à atuação de determinados partidos políticos que se distanciam continuamente de suas bases e de suas lutas?

Todavia, mesmo descartando tal possibilidade, esses sujeitos hoje já são questionados justamente por isso, isto é, de que poderiam ser um partido político. Encontra-se essa discussão em MARTINS(1997)¹⁹ ao afirmar que o MST não é mais um movimento social e sim um partido popular agrário. Respondendo a uma pergunta se o MST não era mais um movimento social, ele diz:

Não é mais. É uma organização. Ele tem uma estrutura, um corpo de funcionários. Já não tem as características de um movimento social... Os movimentos sociais existem enquanto existe uma causa não resolvida. Se o problema se resolve, acaba o movimento. Se ele não se resolve, a tendência é a de que o movimento se institucionalize, se transforme numa organização, como é o caso do MST. Trata-se de uma organização poderosa. Eu diria que ele é o primeiro e único partido popular agrário que

¹⁹ MARTINS, J de S. op.cit.,: 62.

temos no Brasil, apesar de não ter programa e organização propriamente partidários.

Discordando dessa elaboração de MARTINS, um dirigente do MST diz:

Quais são os elementos que ele utiliza para justificar essa afirmação? É a forma como funcionamos. Mas isso não é necessariamente uma questão partidária...Queremos ser organizados com características populares, sindicais e políticas de outro tipo. Não somos uma organização partidária, nem queremos ser, nem devemos ser.(STÉDILE, 1999:37)

A argumentação de STÉDILE no entanto, não esclarece a questão colocada pois se limita a dizer que não são e nem querem tornar-se partido. Nesse caso careceria de um debate mais aprofundado do que é ser um partido e inclusive, se existe a necessidade de um partido na condução do processo de transformação social.

É claro que em torno dessa discussão, os dirigentes demonstram um certo receio de que caso o MST se torne um partido político, institucionalize a luta, ou seja, torne-se um mero instrumento de disputas eleitorais perdendo assim, a credibilidade frente a sociedade bem como sua capacidade de resistência aos enfrentamentos que se dão além da dimensão eleitoral. É pois sobre a capacidade de resistência desse movimento que trata o próximo capítulo.

Nossa força resgatada pela chama
da esperança no triunfo que virá
forjaremos desta luta com certeza
pátria livre operária e camponesa
nossa estrela enfim triunfará!(Hino
do MST)

CAPÍTULO 5

RESISTÊNCIA: A BUSCA DA HEGEMONIA POLÍTICA E CULTURAL

A palavra resistência, sem dúvida, permeia o cotidiano e os discursos dos militantes do MST. Originada da própria condição social de expropriados da terra, da propriedade, da situação de classe a que foram historicamente submetidos. O termo absorve significações diversificadas, principalmente, num contexto rico em simbologias, representações culturais e, portanto, sociais de camponeses, trabalhadores rurais, pequenos proprietários, deserdados da terra, enfim.

Resistência ao tempo, ao espaço adverso, às condições climáticas, ao latifúndio, aos meandros da política. Resistência que se traduz em religiosidade, em mística, em cânticos e poesia. Mas também em ocupações, em escolas, em projetos, em assentamentos, em produção agrícola e acima de tudo, em ousar propor um projeto popular para o Brasil.

A análise dessa contextura fez emergir três conceitos por demais sutis no cotidiano desses sujeitos sociais que possibilitam essa resistência: a consciência de classe, a hegemonia política e a emancipação social.

Sobre consciência de classe compreende-se que é a consciência que a classe trabalhadora adquire em suas lutas enquanto coletividade, pertencente ao mesmo **modus vivendi**, almejando a superação de sua situação de exploração. Sendo assim, a distinção entre consciência efetiva(real) e consciência máxima possível é de grande importância para o presente trabalho.

GOLDMAN(1978:31), compreende que a consciência efetiva, é a que o grupo expressa “num dado momento e que só raramente se aproxima da sua consciência possível”; já a consciência possível é um

instrumento conceptual que nos parece ter uma importância primordial para a compreensão de qualquer realidade humana e, principalmente, para a de qualquer grupo estruturado de factos de consciência, mas cuja importância é particularmente evidente para a sociologia das criações culturais(literárias, artísticas, filosóficas etc.) e para a sociologia da acção política.(idem)

A consciência de classe, portanto, pode ser compreendida como um processo, uma realidade dinâmica em permanente formação (DAMASCENO, 1990:42).

Propiciando um confronto teórico entre GOLDMAN e GRAMSCI vislumbra-se uma similaridade entre os conceitos de consciência efetiva e consciência possível do primeiro, aos de senso comum e bom senso do segundo, respectivamente. Pois GRAMSCI(1981:143), concebe

o senso comum como a filosofia dos não-filósofos, isto é, a concepção de mundo absorvida acriticamente pelos diferentes meios sociais e culturais, em que se desenvolve a individualidade moral do homem médio.

Porém, este senso comum contém um núcleo de bom senso, ou seja, “...o núcleo sadio do senso comum...merecendo ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente” (ibid.160). E é justamente sobre o bom senso que “se deve trabalhar, procurando desenvolvê-lo e transformá-lo em consciência de classe, ou seja, concepção de mundo coerente e homogênea”(MOCHCOVITCH, 1992:16).

Cabe agora então, compreender onde se observa no discurso dos sujeitos dessa pesquisa essa dimensão, ou melhor, como a consciência de classe revela-se nos militantes do MST. Eles falam nesse momento da significação das ocupações, dos acampamentos e assentamentos; dos

processos educativos existentes no movimento e das utopias de um projeto popular para o Brasil. Seus depoimentos:

O acampamento pressiona o governo:

Primeiro o acampamento é uma forma de pressionar o governo a realizar as desapropriações porque o governo se quisesse nem precisa de acampamento, nem precisava de ocupação porque não tem interesse de fazer a reforma agrária, então essa é a forma que a gente usa para pressionar o governo, a gente ocupa terra, ocupa órgãos públicos para pressionar...(entrevista realizada em 07/05/2000)

A ocupação é a garantia da terra:

Bom, a ocupação para nós é a única maneira de garantir a terra nesse país, o governo já criou várias coisas que ele chama de alternativa como essa adoção da tal de reforma agrária que ele ousa chamar de solidária que para nós trabalhadores nada tem de solidária, deixa nós cada vez mais com fome e endividados.(entrevista feita em 06/05/2000)

Ela também é o coração do movimento:

Então, a ocupação para o movimento ela é, vamos supor, que ela é o coração porque ela ajuda com que a gente, com que nós então tenha esse acesso, é um instrumento de pressão para dizer que tem gente necessitando de reforma agrária mas ela é também um instrumento de formação então, a partir do acampamento as família vão tendo conhecimento da sua necessidade, do seu desejo de ter uma participação mais nessa questão.(entrevista realizada em 06/05/2000)

Ocupar para transformar:

...um dos objetivos do Movimento Sem Terra é fazer ocupação de terra...mesmo que os governo não queira mas nós vamos continuar porque não adianta são muitos latifúndios que existe no país e muitas pessoas ainda sem terra, né? Morando debaixo das ponte porque não tem terra e a gente vai ter que dá um jeito nesse país, que transformar...(entrevista realizada em 06/05/2000)

Identifica-se portanto, através desses comentários, elementos de uma visão de classe que impulsiona essa verdadeira massa de seres sociais a agirem e a pensarem noutra perspectiva diferente dos setores hegemônicos da sociedade brasileira. Ao referirem-se aos latifúndios evidenciam a existência de terras que não os pertencem e que portanto, estão sob a égide de outro segmento dominante. Percebendo inclusive, as conseqüências da concentração de terras nas mãos de poucos: fome, êxodo rural, endividamento, dentre outros.

Outro aspecto revelador dessa consciência é a ação direta que assumiram como carro chefe de sua prática: as ocupações. Perdendo a esperança nas promessas de que os governantes fariam a tão sonhada reforma agrária, o MST parte para o confronto aberto e direto, implementando assim, com suas próprias mãos a reforma agrária que não vem.

Demonstram ainda nessa ação, a perda de um longo processo de obediência, de passividade, de insegurança frente ao mundo que os cerca. Começam a vivenciar um novo momento em suas vidas: a crença nas suas próprias forças, na sua organização de classe, independente, autônoma.

A decisão de ocupar um latifúndio é um ato revelador de significados na vida de cada um desses sujeitos pois,

Quando decidem participar de uma ocupação, os sem-terra ainda não compreendem todo o sentido da ação que protagonizam, mas logo sentem que algo muito profundo em sua vida começa a mudar. Dois sentimentos, geralmente muito fortes em sua trajetória anterior, pouco a poucos: o medo e o conformismo. Medo das autoridades, medo de uma situação nova, medo de perder o pouco que ainda julgam ter...Um medo que não desaparece quando decidem ocupar a terra, mas que devagar aprendem a dominar. Conformismo com a realidade de miséria em que vivem e com uma suposta impotência diante de seu destino.(CALDART, 2000:110)

O passo seguinte dessa análise volta-se agora para a compreensão dos conceitos de hegemonia política e emancipação social. Colocando-se como instrumentais necessários para discutir os processos educativos no MST e o projeto popular proposto por ele.

O conceito de Hegemonia está diretamente ligado ao conjunto da produção teórica de GRAMSCI que se caracteriza por pensar a perspectiva da transformação social. Discuti-lo, portanto, exige uma certa acuidade no tratamento de outras categorias, sem as quais torna-se impossível compreendê-lo.

Pois como diz MACCIOCCHI(1980:148):

Não é fácil acompanhar esse emaranhado de conceitos, que se justapõem e se misturam uns com os outros, como as peças de um quebra-cabeças, e onde a "racionalidade", feita de ordem e de uma sistematização rigorosa, cede lugar a uma poderosa e livre inspiração teórico-política, que avança aos saltos, com contradições que deixam transparecer novas intuições, às vezes apenas esboçadas.

Em seus estudos, GRAMSCI procura estabelecer as devidas relações entre a infra-estrutura e a superestrutura da sociedade percebendo-as como processo, como movimento. Sob a denominação de subordinação intelectual, ele apresenta sua concepção da dominação capitalista que, primeiramente dá-se, no nível econômico, expressada pela dominação do

capital sobre o trabalho; esta, sendo a base para a luta de classes, para a política, para a luta ideológica e para a disputa de hegemonia (MOCHCOVITH,1992:13).

Em segundo, a subordinação intelectual estabelece-se, como necessidade de garantir a dominação econômica, manifestando-se no plano da dominação político-ideológica(Hegemonia), que abrange dois momentos: o da coerção(prisões, forças armadas etc.) e o da dominação ideológica, que se revela através do estabelecimento de um consenso propiciado pela aceitação das classes subalternas do domínio das classes dominantes (idem).

Ora, é no interior dessa discussão entre as relações de infra e superestrutura, que surgem dois outros conceitos umbilicalmente ligados: hegemonia e bloco histórico. GRAMSCI²⁰ Apud MACCIOCCHI(1980:149) revela que:

A infra-estrutura e a superestrutura formam um 'bloco histórico', ou seja, o conjunto complexo, contraditório e discordante da superestrutura é o reflexo do conjunto de relações sociais de produção.

É no interior desse bloco histórico, portanto, “que se dá a luta das classes sociais, com vistas a hegemonia; o movimento visando a direção da sociedade” (DAMASCENO,1990:27).

Dando continuidade a seu imbricado pensamento, GRAMSCI(1988:10-11), acrescenta duas dimensões por demais sutis no interior do bloco histórico: o de sociedade civil e o de sociedade política. Ao argumentar sobre o papel dos intelectuais na organização da cultura, ele estabelece uma distinção:

²⁰ GRAMSCI, A. Il Materialismo Stórico e la Filosofia di Benedetto Croce, 1949:39.

Por enquanto, pode-se fixar dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de "privados") e o da "sociedade política ou Estado", que correspondem à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de "domínio direto" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico". Estas funções são precisamente organizativas e conectivas.

Para MACCIOCCHI(1980:151), a distinção feita por GRAMSCI entre sociedade civil e sociedade política é "de ordem "metodológica" e não "orgânica..."(sic!), para que não se pense esses conceitos estáticos, separados, mas constitutivos de um mesmo processo dialético.

Contudo, faz-se necessário compreender, que é no centro dessa distinção que se gesta o conceito de Hegemonia e de Estado; o primeiro, identificando-se com a sociedade civil e o segundo, com a sociedade política. Porém, não estaticamente, já que GRAMSCI(1949:132) enfatiza: "pode-se dizer que o Estado é a sociedade política + a sociedade civil: uma hegemonia protegida pela coerção".

Considerando toda essa problemática gramsciana, COUTINHO(1985:61) assevera que:

Essas duas esferas se distinguem...pela função que exercem na organização da vida social e, mais especificamente, na articulação e reprodução das relações de poder. Em conjunto, ambas as esferas formam o Estado em sentido amplo, que é definido por Gramsci como "sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção".

Ora é na Sociedade Civil que as classes procuram exercer sua hegemonia ao fazerem alianças com outros setores para enfrentarem seus opositores demonstrando assim, capacidade de direção e de convencimento de suas propostas. Já na Sociedade Política(Estado em sentido estrito), reina a coerção. Existindo de fato uma ditadura ou uma dominação baseada na coerção (idem).

Evidencia-se dessa forma, o conceito de Hegemonia que, na perspectiva gramsciana é o momento da direção que está além da dominação pela força, por comportar uma “multiplicidade de implicações teóricas e políticas”(MACCIOCCI, 1980:153).

Os discursos dos entrevistados apontam na direção desse arcabouço teórico quando incluem a educação como ferramenta de luta, e, portanto, de resistência e de busca pela hegemonia cultural. As respostas:

A educação é um dos principais objetivos do MST:

...hoje um dos objetivos nossos principais é a educação. Porque como eu já falei não vale somente a conquista da terra...mas a educação para nós se torna uma ferramenta de fundamental importância...mas essa educação ela não vai somente pelo ler e escrever a sua palavra, o nome, alguma coisa mas é uma educação que cria em nós também toda uma forma de pensar diferente e essa educação se dá através da nossa convivência, né?...essa nossa convivência do dia-a-dia, a convivência da organização, a convivência com os outros movimentos, a convivência com as experiências que cada um tem e isso nós fazemos uma junção e essa junção forma um educar diferente...(entrevista realizada em 06/05/2000)

...quando nós ocupamos as terras...a segunda coisa que nós fazemos em nossos acampamentos é já começar a fazer as escolas...as escolas de jovens e adultos...(entrevista realizada em 07/05/2000)

Esses argumentos são essenciais para a compreensão da importância que a educação assume no MST. No dizer de um dos dirigentes, não basta saber ler e escrever tem que saber algo mais. É justamente nesse “algo mais” que reside a diferença do tipo de educação do

movimento com a que é comumente veiculada nas escolas da rede oficial de ensino.

Nessa perspectiva, a educação no MST assume a dimensão de “elevação cultural das massas”, para usar um termo gramsciano. Sendo portanto, um ponto nodal na construção da hegemonia política da classe trabalhadora. Essa forma de encarar a educação, isto é, de concebê-la como instrumental de luta por um novo mundo está sem dúvida, embutida na “reforma intelectual e moral ou revolução cultural” tão ardentemente defendida por esse pensador italiano.

A educação nessa abordagem compreende a substituição do senso comum e todas as concepções arcaicas de mundo. E o movimento que a sustenta precisa atuar com o seguinte teor:

1) Não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literariamente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) Trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos. Esta segunda necessidade, quando satisfeita, é a que realmente modifica o “panorama ideológico” de uma época. (GRAMSCI, 1981:27)

Portanto, a educação no seio de um movimento político e social como é o MST assume características de luta pela hegemonia cultural na sociedade vislumbrando sua transformação. É nesse contexto que SAVIANI(1980:10) dá uma contribuição fundamental:

A forma de inserção da educação na luta hegemônica configura dois momentos simultâneos e organicamente articulados entre si: um momento negativo, que consiste na crítica da concepção dominante (a ideologia burguesa), e um momento positivo, que significa trabalhar o senso comum de modo a extrair o seu núcleo válido (o bom senso) e dar-lhe

expressão elaborada com vistas à formulação de uma concepção do mundo adequada aos interesses populares.

Certamente essa visão traz embutida uma concepção dialética da educação, decorrente

do próprio entendimento do homem concreto que age sobre si mesmo e se relaciona de modo ativo com o meio onde se encontra, ou seja, um ser que pode criar a cultura e fazer a história e que, por essa razão, é um processo de seus atos. Isto significa dizer que a própria natureza humana não é dada, mas é uma conquista do homem, uma resultante do conjunto das relações sociais que o homem concreto experiêcia na sua interação com os outros homens e com a natureza. (DAMASCENO, 1990:33)

Por isso deduz-se aqui que o MST abraça a luta pela educação com tal intencionalidade já que a compreendem tão importante quanto o derrubar as cercas do latifúndio. Na visão de STÉDILE(1999:74):

A frente de batalha da educação é tão importante quanto a da ocupação de um latifúndio ou a de massas. A nossa luta é para derrubar três cercas: a do latifúndio, a da ignorância e a do capital.

Ora, a educação entendida dessa maneira necessariamente insere-se num projeto político de transformações gerais, como é o caso do Projeto Popular para o Brasil que hoje permeia o cotidiano e os discursos dos dirigentes do MST. Seus depoimentos são reveladores nesse sentido apesar de demonstrarem um certo descompasso na conceituação do mesmo. As falas dizem:

É um projeto de transformação social:

O projeto do MST é de...de uma transformação social na verdade então...nós ...temos várias vias de

buscar essa transformação seja através da ocupação, seja através da realização do assentamento, seja através de tá discutindo mais nossas marchas estaduais, marcha nacional como aconteceu agora no Rio à Brasília que tá discutindo com a população o que realmente o Brasil hoje é, e o que nós precisamos pra mudar ele...(entrevista feita em 06/05/2000)

O projeto do MST ele é um projeto de transformação da sociedade, né? Como a gente dizia no início, ele resgata a pessoa que tá na favela, a pessoa que passou a vida toda sendo explorada pelos patrões, a pessoa que nunca teve a chance de estudar e junto com esse nosso grande projeto de transformar esse país numa reforma agrária, acabar com o latifúndio, acabar com o capitalismo, a gente tem junto com as outras entidades a CNBB, com a CUT, com a CPT, alguns partidos de esquerda e um projeto popular para o Brasil que complementa todas essas nossas propostas de mesa farta, do fim do latifúndio também o fim da dívida externa e daí por diante.(entrevista realizada em 06/05/2000)

É um projeto alternativo e popular:

O projeto principal do Movimento Sem Terra hoje está...em fortalecer a constituição de um projeto alternativo e popular para o Brasil onde a gente procure aglutinar todas as demandas e necessidades da população...(entrevista realizada em 07/05/2000)

O Projeto é construir um Brasil-Nação:

...cada militante é um tijolo na construção desse projeto e o MST é uma célula para construir o projeto a nível nacional, somando aí, as outras entidades essa discussão que a gente tá fazendo que é o projeto popular para o Brasil com a consulta popular, então a

gente entende que o nosso grande projeto é construir um Brasil-Nação e não um Brasil-Colônia como tá, como tem se tornado, principalmente, mais forte agora com esse governo FHC e a gente é um tijolo na construção desse projeto.(entrevista realizada em 06/05/2000)

Retorna-se aqui a questão da contradição dos discursos. Em alguns deles não está claro se o projeto do MST é de transformação social significando a ruptura com o sistema capitalista; ou apenas de reformas na estrutura social, sem a necessária derrocada do capitalismo. Certamente aqui vale lembrar um profundo debate que permeia o cotidiano da luta dos trabalhadores ao longo de décadas que se poderia resumir na frase: reforma ou revolução?.

Tal debate tem vasta produção teórica²¹ e remonta a várias gerações pois a dinâmica da luta entre as classes desencadeia uma série de posturas que os trabalhadores assumem em seu cotidiano tais como, a definição das estratégias a serem adotadas por eles, os aliados na luta, os objetivos a serem alcançados, dentre outros.

Ora, tais definições envolvem princípios como a independência de classe, a autonomia das organizações bem como, valores culturais, morais, éticos, ou seja, diversos meandros da vida em sociedade que se organizados e pensados de forma incorreta podem trazer sérias conseqüências tanto para o presente da luta dos trabalhadores quanto para seu futuro.²²

Por tais considerações é que se chama a atenção para esses relatos dos militantes do MST tendo em vista que se evidencia uma possível divergência ideológica que pode tornar-se prática, no interior do mesmo,

²¹ Cf. HOBBSBAWM, E.(org.). História do Marxismo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; Cf. TROTSKI, L. A revolução russa(conferencia): a natureza de classe da URSS. Tradução de Silvana Foá, São Paulo: Informação editora, 1989; Cf. LUXEMBURGO, R. Reforma ou Revolução, 4^a ed., tradução de Manuel Augusto Araújo, Lisboa: ed. Estampa, 1970; LÊNIN. Duas táticas da social democracia na revolução democrática, 2^a ed., Lisboa: ed. Avante, 1978b; Cf. Id. Esquerdismo, doença infantil do comunismo, 6^a ed., São Paulo: Global ed., 1989 dentre outros.

caso não seja profundamente discutida. Pois como já foi dito anteriormente, a literatura pertinente demonstra historicamente, caminhos que se apartam quando estão em jogo visões diferenciadas de análise da realidade social. Já que isso implica em estratégias e táticas de luta divergentes e até mesmo opostas entre si.

É pois nessa contextura que se chega ao último dos conceitos que orientam a presente reflexão: o da emancipação social, que encontra em MARX seu principal expoente.

Como GRAMSCI, toda a perspectiva dos estudos de MARX deram-se em torno da emancipação social que se partindo de uma compreensão bem geral, tal categoria está situada de forma bastante peculiar como a possibilidade de emancipar-se do capital.

Todavia, para chegar à essa análise, MARX percorre uma longa trajetória teórica que o acompanhou da juventude à maturidade: do conceito de democracia como processo de desalienação da sociedade civil; da emancipação humana oposta a emancipação meramente política para por fim a separação entre o homem e o cidadão; da revolução social como resultado da ação do proletariado; do socialismo e do comunismo; até adquirir novos contornos, na atividade da classe operária, no trabalho estranhado; superando assim, uma visão emancipatória radicada no sofrimento dos pobres (FREDERICO, 1995:156-7).

A emancipação nessa teoria, portanto, é libertar-se do jugo do capital, ou seja, colocar a produção a serviço das necessidades humanas, submetendo-a, ao controle social; retirá-la do jugo do mercado para por fim ao capital, como força social estruturante da vida moderna. Mas para tanto, necessita-se de um propulsor, que para MARX é o proletariado ou a 'classe

²² Diversos dos clássicos anteriormente citados chamam atenção justamente para tais questões, principalmente, MARX, LENIN, ROSA LUXEMBURGO, GRAMSCI e TROTSKY.

que vive-do-trabalho'²³. Já que o mesmo por sua condição de contraditar-se com a classe detentora não só dos meios materiais de produção da vida humana mas também de seu controle sobre os bens espirituais, demonstra a capacidade de emancipar não apenas a si próprio mas os demais segmentos sociais, elevando-os, a um novo patamar de desenvolvimento histórico e social.

Compreender a emancipação humana nos termos marxianos significa portanto, acenar para

uma sociedade entendida como uma totalidade autoconsciente que superou as contradições e na qual os indivíduos se identificam e se reconhecem na produção coletiva. (FREDERICO, 1995:204-5)

Pode-se inferir dessa assertiva, que tal conceito é vital na perspectiva dos movimentos sociais, que, além de lutarem por mudanças cotidianas também visualizam um futuro(que pode ser agora) onde, o reino do mercado, não seja a única via para a realização da plenitude humana.

É claro que em tempos de reestruturação capitalista e de diversas tentativas fracassadas²⁴ de pensar outro modo de organização da vida social, a emancipação social se torna utópica e difícil. Utópica no sentido de que ainda não pode realizar-se completamente mas que realizá-la não é algo impossível.

É difícil pelo consenso(hegemonia) que as classes dominantes conseguem manter, ao divulgar o "fim do trabalho", o "fim da história"; enaltecendo o mercado como o reino da plena liberdade e do pleno desenvolvimento da humanidade. Felizmente os seres humanos são dotados de várias dimensões, dentre elas a capacidade de lutar, de caminhar sempre

²³ Termo utilizado por ANTUNES, R. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1995.

²⁴ Refere-se aqui às tentativas originadas dos países do socialismo real.

em frente rumo ao novo, ao desconhecido, enfim, de sua felicidade e plenitude.

É pois nesse exercício da esperança que se chega às considerações finais dessa pesquisa as quais estão expostas no capítulo seguinte.

Como em sonho perder a passada
e o oco da terra em sonho correr numa
estrada?

Deslizando no mesmo lugar?

Como em sonho perder a tombar?

Como então?

Desgarrados da terra?

Como assim?

Levantados do chão?

(Chico Buarque e Milton Nascimento)

DE VOLTA AO QUESTIONAMENTO INICIAL - O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO CEARÁ É MESMO UM NOVO MOVIMENTO SOCIAL?

O questionamento central da presente investigação funda-se na busca de caracterizar o MST na perspectiva de sua prática formativa na dinâmica do debate sobre os novos movimentos sociais. Porém, sem o estatuto de verdades inquestionáveis, de dogmas mas sobretudo de construção, de processos, de movimento, de contradições.

Compreender o MST na perspectiva dessa problemática induz implicações práticas no sentido de compreendê-lo como:

1. O MST é um educador coletivo de milhares de sujeitos sociais ao despertar seres que imergiram como que do “subterrâneo” do campo brasileiro em que viviam, inclusive, muitos já haviam até mesmo esquecido que seu *locus* era o solo; esse despertar gera consciência política e organizativa proporcionando a esses seres possibilidades jamais imaginadas como por exemplo, serem dirigentes de sua própria classe rumo a utopia de terem um pedaço de terra, mesa farta, planos, projetos, e futuro.

2. Através de sua práxis o MST revela os antagonismos, “as cercas” sociais existentes dentre elas, a concentração de terras que implica em hegemonia do capital sobre o trabalho, a da ignorância do saber formal e do conhecimento político a cultura e os espaços sociais elitistas entre outros; sendo disso, a origem de espaços sociais novos, como por exemplo, os acampamentos e assentamentos que se dimensionaram dando um novo esboço à geografia brasileira.

Construíram com suas ações um espaço de luta e resistência onde sem dúvida, ocorreu a territorialização da luta pela terra e pela reforma agrária. Ora,

...o espaço de luta e resistência é construído quando o Movimento trás a público a sua situação ao ocupar uma propriedade- um latifúndio. Conquistar a terra, uma fração do território, e se territorializar é um modo eficaz de reação e de demonstração da sua forma de organização. (FERNANDES,1996:242)

Porém, mesmo já tendo construído novas dimensões e relações em seu percurso o MST ainda tem enormes cercas a superar, imensos territórios a conquistar nesse país, quase continente, chamado Brasil.

i)Lições da pesquisa: implicações coletivas

Desenvolve-se aqui uma busca e um olhar bastante singular que após seu percurso culmina com implicações para o coletivo do Movimento estudado no sentido de analisar algumas categorias aqui esboçadas como por exemplo, o cotidiano e a resistência. Observando o seguinte:

3. O cotidiano dos militantes esboça a dinâmica de um espaço de seres que colocaram suas vidas a serviço de um projeto maior: a luta pela reforma agrária porém, não significando a absolutização desse fator em suas vidas particulares. Devendo observar-se que o lazer, o contato com a família, com os amigos e “outras coisas”, são aspectos significativos no “re-fazer” da vida de qualquer ser humano.

4. As contradições que permeiam o cotidiano e que se revelam no interior dos discursos dos militantes revelam o lado positivo e não o negativo do MST. Principalmente, no sentido em que fazem parte do processo da própria luta, da ação, da práxis portanto, e não determinadas, naturais, impossíveis de mudar. Revelam-se no entanto, em pistas para que

o movimento dimensione sua formação política, reveja posturas, avance qualitativamente em momentos futuros.

5. A resistência do/e no MST o singulariza, o fortalece e o credencia como indispensável no pensar e realizar a reforma agrária nesse país. Porém, vai além dela, ao propiciar o questionamento da realidade presente, ao ousar propor um novo mundo. Pois se pergunta:

como então, estes seres desgarrados da terra, marginalizados de tudo e com a vida escorrendo-lhes entre os dedos de pés descalços, e de mãos já nem mais calejadas porque obrigadas a ficar sem trabalho; como assim, que estes seres, miseráveis, quase nem parecendo mais realmente humanos, de repente(ou nem tanto) resolvem, aos milhares, e organizadamente, levantar-se do chão e lutar pela terra de que foram arrancados, o quer dizer neste momento, lutar pelo retorno de sua própria condição humana, compreendendo que também tem direitos e que podem dizer não! a um projeto de país e de sociedade que lhes quer negar a possibilidade de existência; e que por não poder deixar de chamá-los, enquanto ainda estão vivos e juntam sua identidade à de outros tantos desgarrados, do campo e da cidade, produzidos pela sua lógica implacável, e então lhes inventa um nome: excluídos? e como assim que ainda pretendem ver o mundo de pernas pro ar?(CALDART, 2000:20)

ii) Teoria e prática: uma emergente contribuição

A presente investigação ao analisar tão rico movimento social certamente, contribui no esclarecimento de ações e discursos de inúmeros atores sociais que cotidianamente agem para criar algo diferente em suas vidas marcadas pela miséria e pela violência do campo brasileiro.

Contribui também na perspectiva de ampliar o raio de ação da formação política do MST ao tentar explicitá-lo pôr si mesmo, pelos seus construtores. Visando com isso, tornar sua trajetória mais clara rumo a possibilidade de construção de um novo devenir onde os trabalhadores acreditem em suas forças e se organizem enquanto classe social.

Dito isso, chega-se à culminância desta investigação seja do ponto de vista da teoria anteriormente vista como dos dados colhidos, ou seja, observa-se o seguinte:

6. O MST-Ce, em sua prática formativa se caracteriza como um novo movimento social apontando inclusive, para a superação de tal configuração principalmente, por ainda se manter atuante mesmo já tendo realizado uma pequena, mas significativa reforma agrária no país, tendo em vista, suas inúmeras ocupações e assentamentos conquistados. Se diz isso em função das discussões anteriores sobre a brevidade dos movimentos sociais, isto é, suas existências estariam condicionadas a conquista de suas reivindicações.

Demonstrando todavia, que a cada momento histórico, que traz em si o novo, o diferente, as ações dos que pretendem resolvê-los nem sempre são tão diferentes e novas, ou seja, na disputa pela hegemonia política e cultural de um novo mundo, os que dominam só aprenderam um jeito de ouvir o povo: na organização popular com independência de classe.

7. É um movimento em constante fazer e refazer-se mesmo que em alguns momentos com discursos e práticas que aparentemente se percebe contraditório como se viu, porém, com imensa vontade e disciplina para aprender com os erros do passado no intuito de não cometer os mesmos erros nem no presente nem no futuro.

8. O MST traz em si elementos estratégicos e táticos novos, dimensionados pela aprendizagem de derrotas e vitórias, de resistência e paciência que só aqueles que caminham vivenciam, como por exemplo, agir e organizar suas lutas através de 'redes de movimentos'.²⁵ Contudo, nos discursos analisados percebe-se a insegurança frente a novas possibilidades que a conjuntura poderá impor no futuro para o mesmo, como por exemplo,

²⁵ No período do acampamento em que as entrevistas foram realizadas eles utilizaram tal dinâmica para ocupar diversos órgãos no mesmo dia e na mesma hora(fonte: Militantes entrevistados, 2000).

se tornar um partido político. Daí a indagação: por que os dirigentes do MST resistem, como se viu, à possibilidade de se tornar um partido político? Ora, aqui se concorda com MARTINS(1998) quando ele afirma que o MST já se estrutura organicamente como tal instrumento mesmo não admitindo isso.

Vale lembrar aqui, a enorme discussão teórica travada pelos estudiosos analisados anteriormente, quando propunham um partido de novo tipo capaz de se diferenciar dos existentes em suas épocas. Pois ser partido político não significa corrupção, institucionalização da luta cotidiana, eleitoralismo, nem muito menos a paralisação da luta de classes. As experiências históricas partidárias estão postas na mesa para serem analisadas, discutidas e extrair-se delas os acertos e erros. Da mesma forma como o MST debruçou-se sobre as experiências do passado quando da sua constituição como movimento social poderá também fazê-lo, caso a luta de classes o conduza para se tornar um partido político.

É por fazer tal análise que se acredita que nenhuma hipótese pode ser descartada na luta pela transformação da sociedade. E como bem já demonstrou a luta do próprio MST, o novo, a verdade, o que é certo e o que é errado só se constrói caminhando, tentando.

iii)As limitações e as vantagens de um percurso metodológico:

Evidentemente, o pesquisar a realidade humana sempre se desenvolve sob um olhar da(o) pesquisadora(o) de acordo com suas convicções pessoais, políticas e culturais. Mesmo que se tente ao máximo abstrair-se das paixões, das emoções frente a um movimento que se faz encantar e dar esperanças as gerações quase destituídas dela.

Aliado a esses elementos, como é rotineiro tal comentário, somam-se as dificuldades e as limitações do cotidiano da pesquisadora e dos

entrevistados: de tempo, de locais de pesquisa, de instrumentos metodológicos, de dissabores e amores da vida pessoal de cada um, dentre tantos outros. Vale ressaltar sem dúvida, as limitações próprias de um estudo de caso, principalmente, pelas generalizações serem restritas e pelos problemas de representatividade que o mesmo gera. É claro que também tal método científico, tem inúmeras vantagens, como por exemplo, ter a capacidade de sinalizar novas pesquisas, novos aprofundamentos.

Certamente, foram variados os percalços que surgiram durante a caminhada dos quais destaca-se apenas alguns: a) conciliar o cargo de Diretora da Faculdade de Crateús e o Mestrado ao mesmo tempo; b) dificuldades com a orientação do projeto de dissertação; c) colher dados (entrevistas) duas vezes para diferentes enfoques sobre o MST, inclusive, dados de uma pesquisa exploratória anteriormente realizada mas que no presente estudo não foram analisados; d) e) inúmeros problemas de ordem pessoal.

As vantagens de todo esse processo é que se colheu vasto material para pesquisar o MST sobre diversos ângulos que vão desde a formação política à sua relação com os órgãos de repressão do Estado. Daí a existência de planos para um futuro próximo para desenvolver de forma mais aprofundada e especializada uma ou mais pesquisas sobre tão rico movimento social. E, ainda a expectativa de que alguns pontos aqui apenas levantados possam servir de reflexão mais aprofundada para outros pesquisadores.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1995.
- BAKTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem, 8ª ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, São Paulo: HUCITEC, 1997.
- BETO, F. O que é comunidade eclesial de base. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BEZERRA NETO, L. Sem-terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores rurais, Campinas, SP: Autores Associados, 1999(Coleção Polêmicas do nosso tempo, 67).
- BOFF, L. América Latina: da conquista à nova evangelização. São Paulo: Ática, 1992.
- BRANDÃO, H.H.N. Introdução a análise do discurso, 6ª ed. Campinas-SP, Editora da UNICAMP, 1997.
- CALDART, R.S. Educação em movimento- formação de educadores e educadoras no MST, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- _____. Pedagogia do Movimento Sem Terra, Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- CALDART R. S. & SCHWAAB, B. A educação das crianças nos acampamentos e assentamentos, p. 85-113, s.n.t.
- CAMACHO, D., Y MENJIVAR, R.(coord.)- Movimientos populares en Centro América, San José, EDUCA, 1985.
- CARVALHO, A. V. A problemática agrária numa sociedade industrial In Revista de Ciências Sociais, v.XI, n.1,2, Fortaleza: UFC,1980, p. 63-80.
- COUTINHO, C. N.- A Dualidade de Poderes: introdução à teoria marxista de Estado e Revolução, São Paulo: Brasiliense, 1985.

DAMASCENO, M. N. Pedagogia do Engajamento: trabalho, prática educativa e consciência do campesinato. Fortaleza: edições UFC/Stylus Comunicações, 1990.

DIÁRIO DO NORDESTE, Fortaleza-Ce, 24 de dezembro de 1998.

FERNANDES, L. Democracia: valor histórico, In Princípios(Democracia um toque de classe), no. 19, RJ: Anita Garibaldi, p. 6-13, novembro de 1990.

FERNANDES, M. B. MST: Formação e Territorialização. São Paulo:HUCITEC, 1996.

FOUCALT, M. A Arqueologia do saber, tradução de Luís Felipe Baeta Neves, Petrópolis: Vozes, 1972.

FREDERICO, C. O Jovem Marx (1843- 44: as origens da ontologia do ser social), São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOLDMANN, L. Epistemologia e filosofia política, tradução de Conceição Jardim e Eduardo Nogueira, Lisboa: ed. Presença, 1978.

GONH, M. G. Movimentos Sociais e Educação, 2^a ed. São Paulo, Cortez, 1994. (Questões da nossa época, v.5).

_____. Teoria dos movimentos sociais-paradigmas clássicos e contemporâneos, São Paulo: ed. Loyola, 1995.

_____. História dos Movimentos e Lutas Sociais construção da cidadania dos Brasileiros. São Paulo: ed. Loyola, 1995.

GORENDER, J. O Escravismo Colonial, 5^a ed. São Paulo: Ática, 1988. (Ensaio 29).

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a Organização da Cultura., 6^a ed., tradução de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1988.

- _____. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- _____. Il materialismo Stórico e la Filosofia di Benedetto Croce, Roma, Riuniti, 1971
- _____. Maquiavel, a política e o Estado Moderno, 3^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- GALLIANO, A .G.- Introdução a Sociologia, São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.
- GRAZIANO, F. Qual Reforma Agrária? Terra, Pobreza e Cidadania. São Paulo: Geração editorial, 1996.
- GRZYBOWSKI, C. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo, Petrópolis; Vozes/Fase, 1987.
- GUÉRIN, D. Rosa Luxemburgo e a espontaneidade revolucionária, São Paulo: Perspectiva, 1982.
- HELLER, A. O Cotidiano e a História. 3^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- HOBSBAWM, E.J. Rebeldes Primitivos - estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos secs.XIX e XX, 2^a ed., tradução de Waltensir Dutra, RJ: Zahar ed., 1978.
- _____. Revolucionários, 2^a ed., tradução de J.C.V.G e Adelangela S.G., RJ: Paz e Terra, 1985.
- _____. (org.).História do Marxismo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- IANNI, O. A luta pela terra., Petrópolis: Vozes, 1981.
- KAUTSKY, K. A Questão Agrária., tradução de Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os Economistas).
- KOSIK, K. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra., 1995.
- LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto. 3^a ed. Rio de Janeiro; ed. Nova Fronteira, 1997.

LIMA, R. D. Políticas de Reforma Agrária no Estado do Ceará In Revista de Ciências Sociais, v.20-21, n.1,2, Fortaleza: UFC, 1989/90.

LÊNIN, V.I. O Estado e a Revolução, São Paulo: Hucitec, 1987.

Obras Escolhidas, 3^a ed., tradução do Instituto de Marxismo-Leninismo, v. 1 e 2, São Paulo: Alfa Omega, 1986.

Duas táticas da social democracia na revolução democrática, 2^a ed., Lisboa: ed. Avante, 1978b

Esquerdismo, doença infantil do comunismo, 6^a ed., São Paulo: Global ed., 1989.

LUKÁCS, G. Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx, tradução Carlos Nelson Coutinho, SP: Ciências Humanas, 1979.

LUXEMBURGO, R. Reforma ou Revolução?, 4^a ed., tradução de Manuel Augusto Araújo, Lisboa: ed. Estampa, 1970.

LUXEMBURG, R. Greve de massas, partido e sindicatos. In CASTRO, P.(org.). Rosa Luxemburg: socialismo e liberdade, Rio de Janeiro: Fórum, 1968;

MACCIOCCI, M. A. A favor de Gramsci, tradução de Angelina Peralva. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MARTINS, J. S. Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e no seu lugar no processo político, 3^a ed., Petrópolis: Vozes, 3^a ed. 1986.

O Cativeiro da Terra., 6^a ed., São Paulo: Hucitec; 6^a ed., 1996

(org.) Expropriação e Violência—a questão política no campo, 3^a ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, M. D. Os desafios da Cooperação nos assentamentos da Reforma Agrária do Ceará. Banco do Nordeste do Brasil S/A. Fortaleza-Ceará, 1994.

MARX, K. Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844, Lisboa: ed. Avante (Biblioteca do Marxismo-Leninismo, n.º 26, 1993.

- _____ Obras Escolhidas, v.I, II., III. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d
- _____ O Capital: crítica da economia política, v.1, t.1-2, tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe, 3^a ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988(Os Economistas).
- MARX, K. e ENGELS, F. Textos sobre Educação e Ensino, 2^a ed., São Paulo: Moraes, 1992.
- MARX/ENGELS. A Ideologia alemã (I Feuerbach), 10^a ed., tradução José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira, São Paulo: HUCITEC, 1996:39.
- MASSELLI, M. C. Extensão Rural entre os Sem-Terra., Piracicaba: UNIMEP, 1998.
- MELO NETO, J. C. de- Poesias Completas(1940-1965), 3^a ed., Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979, p. 212-7.
- MINAYO, M.C.S.(Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade, 5^a ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MOCHCOVITCH, L. G. Gramsci e a escola, 3^a ed. São Paulo: ed. Ática, 1992.
- MOVIMENTO SEM TERRA(MST)- Cadernos do MST, s.n.t.
 _____ Agenda 1988 e 1992, /s. l/, /s. ed./.
 _____ Sobre o método revolucionário de direção, s.n.t.
 _____ Normas Gerais do MST, s.n.t.
 _____ Manual de organização dos núcleos, s.n.t.
 _____ Como organizar a massa, s.n.t.
 _____ Documento básico do MST, s.n.t.
 _____ Che e os quadros de direção, s.n.t.
 _____ MST rumo ao 3^o Congresso, s.n.t.
 _____ Jornal do Movimento Sem Terra, abril/maio/junho de 1999.
- NOGUEIRA, E. J. & OLIVEIRA, I.M. Movimentos Sociais no campo: Cidadania e Educação In cidadania/textos, n.º 10, Campinas: UNICAMP, p.62-101, novembro, 1997.

- OFFE, C. /s. l/, /s. ed./, 1992: /s. p/ **apud** RODRIGUES, C. L. F. Do dito e do não dito: uma leitura do MST. In Cidadania/textos, n.º 10, Campinas: UNICAMP, p.102-116, novembro, 1997.
- PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio. trad. Eni Orlandi et alii, Campinas: ed. UNICAMP, 1988.
- PRADO JR. C. A Revolução Brasileira., 7ª ed. São Paulo. 1987.
- RODRIGUES, C. L. F. Do dito e do não dito: uma leitura do MST. In Cidadania/textos, n.º 10, Campinas: UNICAMP, p.102-116, novembro, 1997.
- ROMEIRO, A. (et. Al.). Reforma Agrária, Produção, Emprego e Renda: O relatório da FAO em debate., 2ª ed., Petrópolis RJ: Vozes; 2ª ed., IBASE/FAO, 1994.
- SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena, 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SAES, D. Democracia. São Paulo: ed. Ática., s/d (série Princípios)
- _____. Uma interpretação marxista da evolução do Estado no Brasil. In COSTA, S.(org.) Concepções e Formação do Estado Brasileiro, SP: Anita Garibaldi, p.104-119, s/d
- SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1980.
- SCHERER-WARREN, I. Redes de Movimentos Sociais, 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GOMES da SILVA, J. Reforma Agrária: Frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento? Rio de Janeiro: Zahar editores, s/d.
- SOUZA, M. A. de. Educação não-formal e a formação de lideranças do MST. In cidadania/textos, n.º 10, Campinas: UNICAMP, p.16-36, novembro, 1997.
- STÉDILE, J. P. (org.). A Reforma Agrária e a luta do MST, Petrópolis – RJ: Vozes, 1997.

- _____. Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil, São Paulo: ed. Perseu Abramo, 1999.
- STÉDILE, J.P. e GÖERGEN Frei S. A Luta pela Terra no Brasil. São Paulo: Editora Scritta, 1993.
- TARROW, S. /s. l/, /s. ed./ 1995:4, **apud** RODRIGUES, C. L. F. Do dito e do não dito: uma leitura do MST, In Cidadania/textos, n.º 10, Campinas: UNICAMP, p.102-116, novembro, 1997.
- TAVARES, V. A Revolta do Rebanho de Cristo: o progressismo católico e a imprensa no Brasil (1950–1975), Fortaleza: UFC, 1997.
- TORRES, C. Cristianismo e Revolução, tradução de Aton Fon Filho, São Paulo: Global editora, 1981.
- TROTSKI, L. A revolução russa(conferência): a natureza de classe da URSS. Tradução de Silvana Foá, São Paulo: Informação editora, 1989
- VAZQUEZ, A. S. Filosofia da Práxis, 3ª, tradução de Luís Fernando Cardoso, RJ: Paz e Terra, 1986.
- VEIGA, J. E. O que é Reforma Agrária, 6ª ed. São Paulo – SP: Brasiliense; 6ª ed. 1985. (Coleção Primeiros Passos)
- VOESE, I. O movimento dos Sem –Terra na Imprensa: um exercício de análise do discurso, Rio Grande do Sul: ed. Unijui, 1998. (Coleção Ciências Sociais)
- WEBER, M. Ciência e Política: duas vocações., tradução de Leônidas Hergenber e Octany Silveira da Mota, São Paulo: Cultrix, 1995.
- _____. Class, Status and Party in Economy and Society. New York, 1968, v.1, p.302-7; v.2, p. 926-940.

ANEXOS

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

- 1)O que você fazia antes de ingressar no MST?
- 2)Como você conheceu o MST?
- 3)Por que você quis fazer parte do MST?
- 4)Sua vida e seu pensamento mudaram depois que passou a fazer parte dele? Justifique sua resposta.
- 5)Em sua visão o que é o MST?
- 6)Qual a importância do mesmo para o país? E para o povo?
- 7)Como é o dia-a-dia de um militante do MST?
- 8)Em sua opinião quais as propostas mais importantes do movimento?
- 9)De acordo com alguns estudiosos o MST é um movimento educativo. Você concorda com tal afirmação? Em que sentido ele educa?
- 10)Como se dá a articulação entre as diversas instâncias do movimento(direções, coordenações, setores etc.)
- 11)Como se dá a formação política no interior do movimento? Quais as atividades? Quais os temas discutidos?
- 12)Como as decisões são tomadas no movimento? Exemplifique.
- 13)Qual a significação das ocupações e dos assentamentos para o militante do MST? Distinga os dois momentos.
- 14)A ocupação é um dos fortes instrumentos de pressão do MST. Mas hoje com as medidas do FHC que adotam medidas sobre terras ocupadas, como a não emissão do título de propriedade por exemplo, vocês vão continuar ocupando ou vão parar de ocupar?
- 15)Nesse sentido, o MST poderia tornar-se um partido político ou tornar-se uma organização paramilitar, guerrilheira?
- 16)Na produção o MST já convive com o lucro que é um instrumento do sistema capitalista. Como utilizar um instrumento do capitalismo num projeto que se diz diferente?
- 17)Qual é mesmo o projeto do MST? E qual é o seu papel como militante nesse projeto?

Composição das famílias sem terra no Brasil - 1985

Fonte: Censo IBGE 1985 - Assalariados, censo 1980

Unidade da Federação	Arrendatários	Parceiros	Ocupantes até 5 ha.	Pequenos proprietários até 5 ha.	Total
Brasil	558.783	449.163	669.422	886.593	2.642.321
Bahia	8.453	9.427	71.125	228.600	317.605
Minas Gerais	22.785	17.061	18.129	73.231	131.206
Maranhão	204.938	23.394	188.679	18.585	435.596
Rio Grande do Sul	30.816	44.157	16.121	51.163	142.257
Paraná	6.292	5.851	28.515	23.876	200.617
Pernambuco	358.879	1.297.909	320.480	374.780	233.480
Ceará	326.354	1.276.508	298.416	313.556	181.956
São Paulo	283.295	1.362.413	664.367	397.980	104.980
Piauí	271.973	816.354	108.880	226.683	178.683
Santa Catarina	235.361	883.653	89.175	105.757	66.457
Paraíba	204.621	760.803	165.415	202.027	129.027
Goiás	179.376	848.503	252.404	140.398	29.098
Pará	154.503	1.202.105	120.370	117.634	64.534
Alagoas	143.789	623.535	167.700	178.574	104.574
Amazonas	117.114	554.944	27.906	53.535	41.235
Rio Grande do Norte	116.597	428.301	118.421	118.913	66.713
Sergipe	116.271	345.546	46.056	101.388	81.088
Rio de Janeiro	91.642	318.691	105.328	95.470	48.970
Rondônia	81.582	325.986	14.795	27.465	20.965
Mato Grosso	78.370	350.002	67.334	54.635	24.935
Espirito Santo	69.436	393.273	99.023	53.490	9.707
Mato Grosso do Sul	55.105	249.816	97.329	59.265	16.365
Acre	35.520	115.475	6.836	11.530	8.530
Roraima	6.424	21.197	1.411	3.280	2.680
Amapá	4.832	211.396	2.600	1.980	980

(1) Soma dos temporários e permanentes.

(2) Refere-se à porcentagem (44%) do total de assalariados que querem terra.

Classificação dos Estabelecimentos Agropecuários no Brasil

Fonte: Projeto FAO/INCRA/036 - Relatório preliminar do Prof. José

Categoria	Número	Área média	Área Total	% sobre total
Total	7 milhões	57 ha	400 milhões	100
Patronal	500 mil	600 ha	300 milhões	75
Familiar	2.5 milhões	36 ha	90 milhões	22
Subfamiliar	4 milhões	2.5 ha	10 milhões	3

Trabalhadores rurais no Brasil - 1985

Fonte: Censo IBGE 1985 - Assalariados, censo 1980

Unidade da Federação	Estabelecimentos agrícolas	Trabalhadores rurais acima de 14 anos	Trabalhadores assalariados (1)	Famílias sem terra
Total	5.831.544	23.457.514	4.931.122	4.816.821
Bahia	745.518	3.171.558	583.260	574.805
Maranhão	533.906	1.654.258	176.356	513.396
Minas Gerais	554.534	2.665.776	788.683	479.006
São Paulo	283.295	1.362.413	664.367	397.980
Pernambuco	358.879	1.297.909	320.480	374.780
Paraná	467.829	1.842.927	383.668	369.817
Ceará	326.354	1.276.508	298.416	313.556
Rio Grande do Sul	498.713	1.736.585	224.909	241.457
Piauí	271.973	816.354	108.880	226.683
Paraíba	204.621	760.803	165.415	202.027
Alagoas	143.789	623.535	167.700	178.574
Goiás	179.376	848.503	252.404	140.398
Rio Grande do Norte	116.597	428.301	118.421	118.913
Pará	154.503	1.202.105	120.370	117.634
Santa Catarina	235.361	883.653	89.175	105.757
Sergipe	116.271	345.546	46.056	101.388
Amazonas	117.114	554.944	27.906	53.535
Rio de Janeiro	91.642	318.691	105.328	95.470
Rondônia	81.582	325.986	14.795	27.465
Mato Grosso	78.370	350.002	67.334	54.635
Espirito Santo	69.436	393.273	99.023	53.490
Mato Grosso do Sul	55.105	249.816	97.329	59.265
Acre	35.520	115.475	6.836	11.530
Roraima	6.424	21.197	1.411	3.280
Amapá	4.832	211.396	2.600	1.980

(1) Soma dos temporários e permanentes.

(2) Refere-se a porcentagem (44%) do total dos assalariados que querem terra.

Ociosidade das Terras no Brasil - 1988

Fonte: MIRAD, 1988 - Censo Agropecuário IBGE, 1985

1. Por Região

Regiões	Grau de ociosidade Total (%)	Incidência dos latifúndios na área ociosa	Área total ociosa em Ha.
Brasil	42,6	88,7	81.818.014
Centro-Oeste	42,6	95,5	30.659.654
Nordeste	54,4	85,9	28.883.864
Sudeste	21,1	84,0	10.445.506
Norte	65,8	88,4	7.425.806
Sul	15,2	74,1	4.403.184

2. Região Norte

Regiões / Estados	Grau de ociosidade Total (%)	Incidência dos latifúndios na área ociosa	Área total ociosa em Ha.
Norte	65,8	88,4	7.425.806
Amazonas	76,9	93,6	1.297.195
Pará	62,3	88,4	1.240.825
Rondônia	62,8	70,3	812.055
Roraima	69,3	85,9	387.802
Amapá	70,1	93,5	326.500
Acre	49,0	88,4	254.277

3. Região Nordeste

Regiões / Estados	Grau de ociosidade Total (%)	Incidência dos latifúndios na área ociosa	Área total ociosa em Ha.
Nordeste	54,4	85,9	28.883.864
Bahia	53,0	86,4	10.563.766
Maranhão	67,6	91,7	6.520.454
Piauí	71,9	87,7	5.064.450
Ceará	44,6	80,1	2.727.366
Pernambuco	44,6	75,9	1.560.834
R.Grande Norte	40,8	82,7	1.021.889
Paraíba	32,2	74,7	812.937
Alagoas	29,4	66,0	318.506
Sergipe	31,9	70,0	293.632

4. Região Sudeste

Regiões / Estados	Grau de ociosidade Total (%)	Incidência dos latifúndios na área ociosa	Área total ociosa em Ha.
Sudeste	21,1	84,0	10.445.506
Minas Gerais	24,3	83,7	7.499.970
São Paulo	13,6	83,5	1.859.759
Espírito Santo	21,3	86,9	566.829
Rio de Janeiro	22,6	86,6	518.948

5. Região Sul

Regiões / Estados	Grau de ociosidade e Total (%)	Incidência dos latifúndios na área ociosa	Área total ociosa em Ha.
Sul	15,2	74,1	4.403.184
Paraná	16,8	79,6	1.883.442
Rio Grande do Grande Sul	10,6	65,3	1.327.109
Santa. Catarina	25,9	77,3	1.192.633

6. Região Centro-Oeste

Regiões / Estados	Grau de ociosidade Total (%)	Incidência dos latifúndios na área ociosa	Área total ociosa em Ha.
Centro-Oeste	42,6	95,5	30.659.654
Goiás	37,1	95,3	13.241.229
Mato Grosso	62,5	96,3	12.429.661
Mato Grosso Sul	21,3	92,5	4.885.731
Dist. Federal	44,1	91,9	103.033

Utilização das Terras no Brasil

Fônte: IBGE/INCRA - 1995

ino	Área em Hectares	Porcentagem sobre total das terras
Total	370.000.000	100%
Lavouras anuais	45.500.000	11%
Lavouras permanentes	11.000.000	3%
Áreas em "descanso"	9.000.000	3%
Pastagens naturais	107.000.000	30%
Pastagens cultivadas	70.000.000	18%
Florestas e bosques	78.000.000	22%
Reflorestamento aproveitado	5.500.000	1%
Terras não agricultáveis	18.000.000	5%
Terras produtivas sem nenhuma utilização	26.000.000	7%

Observa-se que de todas as terras que têm dono no País, apenas 14% são utilizadas na lavoura e 48% das terras são destinadas a pastagens.

A REFORMA AGRÁRIA NECESSÁRIA

I - Objetivos

Essa proposta de reforma agrária é parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária e socialista. Desta forma, as propostas de medidas necessárias fazem parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura capitalista de organização da produção.

A reforma agrária tem por objetivo:

- * garantir trabalho para todos, com a conseqüente distribuição de renda;
- * produzir alimentação farta, barata e de qualidade para toda população brasileira, possibilitando segurança alimentar para toda sociedade;
- * garantir o bem estar social e a melhoria das condições a todos os brasileiros. De maneira especial aos trabalhadores e, prioritariamente, aos mais pobres.
- * buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual;
- * difundir os valores humanistas e socialistas, nas relações entre as pessoas, eliminando-se as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero;
- * contribuir para a criação de condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, respeitando sua qualidade de direitos iguais;
- * preservar e recuperar os recursos naturais, como solo, águas e florestas, de maneira a se ter um desenvolvimento auto-sustentável;
- * implementar a agroindústria e a indústria como fator de desenvolvimento do interior do país.

II - Características da reforma agrária

A reforma agrária regula um conjunto de medidas estruturais e que começam necessariamente pela democratização da propriedade da terra e dos meios de produção, base para qualquer mudança social efetiva.

1. O sistema econômico

Todo processo de organização e desenvolvimento da produção no campo deve levar em conta a supremacia do trabalho sobre o capital. Deve-se buscar a eliminação de todas as formas de exploração e de opressão. A valorização e a garantia de trabalho para todos como forma de libertação e de construção da dignidade e da igualdade entre as pessoas.

Deve-se buscar a geração de excedentes econômicos através do aumento da produtividade do trabalho, do aumento da produção e da produtividade na agricultura e na agroindústria, como forma de promover o progresso econômico e social.

2. Democratização da terra e dos meios de produção

A terra deve ser entendida como um bem da natureza a serviço de toda sociedade. Um bem de todos para atender as necessidades de todos.

A propriedade ou posse da terra deve estar subordinada ao cumprimento dessa função social e poderá ser exercida de várias formas como: familiar, associação, cooperativa, de empresa comunitária, estatal, pública, etc. de acordo com as necessidades sociais de cada região.

Para isso se deverá alterar a atual estrutura de propriedade realizando desapropriações (com indenizações aos proprietários) e expropriações (sem indenização, nos casos de: grileiros, criminosos, cultivo de drogas, contrabandistas, trabalho escravo, etc...); para que se garanta o direito de todos trabalharem na terra, e que ela esteja subordinada aos objetivos gerais assinalados.

A democratização da terra deve seguir critérios como:

- * priorizar o assentamento em terras próximas às cidades, viabilizando o abastecimento de forma mais barata e a infra-estrutura econômica e social;
- * o tamanho e forma das propriedades dependerão de cada região, da sua vocação natural e das perspectivas de desenvolvimento;

- * regularizar a posse da terra de todos os pequenos produtores familiares que vivem hoje, na instabilidade como posseiros;
- * democratizar o acesso aos meios de produção;
- * a extração de madeira e todos recursos naturais serão controlados pelos trabalhadores, através do Estado, para que beneficie os interesses sociais.
- * impedir que bancos, empresas estrangeiras, grupos industriais nacionais, que não dependem da agricultura, possuam terras;
- * a garantia da propriedade e de sua função social será realizada através da aplicação de várias formas de titulação e legitimação, como: concessão de uso, propriedade definitiva, título coletivo, etc;
- * proibição de cobrança de renda da terra;
- * impedimento da venda de lotes, por parte dos beneficiários da reforma agrária;
- * democratizar o uso das águas, garantindo o uso coletivo pelas comunidades, para sua subsistência e extrativismo;
- * penalizar e recolher as terras mal utilizadas ou em dívida de impostos;
- * adequar a distribuição das terras públicas, devolutas (da União e dos Estados) a esses objetivos.

3. A organização da produção

A organização da produção será orientada para que se alcance os objetivos gerais. Poderão haver várias formas complementares de produção, seja nas unidades familiares, seja nos novos assentamentos, segundo alguns indicativos:

- * o tamanho das unidades de produção dependerá das regiões e dos produtos a que se dedicarem;
- * estimular as diversas formas de cooperação na agricultura, como: mutirões, associações, empresas públicas, cooperativas, empresas de prestação de serviços, etc...;
- * estimular as famílias que vivem no interior, à agrupar-se de acordo com a realidade regional, em povoados, comunidades, agrovilas, etc. de modo a facilitar o atendimento dos serviços públicos de luz elétrica, saúde, educação, etc...;
- * fortalecer a organização dos trabalhadores em sindicatos, cooperativas, associações, conselhos, comitês, movimentos, etc... de acordo com sua experiência, tradição e realidades locais, para que através da organização popular exerçam plenamente sua cidadania e garantam seus direitos e deveres sociais;
- * os pequenos produtores familiares autônomos terão estímulo da política agrícola para aumentar a produção, a produtividade e melhorar sua situação de vida;
- * buscar uma integração permanente da produção com a agroindústria, visando aumentar a renda dos agricultores e a qualidade dos alimentos;
- * realizar um planejamento orientador da produção, adequando a vocação natural das regiões aos mercados próximos e às necessidades sociais;
- * estimular a organização dos assalariados para participar, controlar, organizar cooperativas, autogerir ou co-participarem na gestão das empresas onde trabalham. Os assalariados terão os direitos trabalhistas e sociais garantidos, como salário digno, condições de trabalho, jornada de trabalho adequada, e participação no resultado econômico das empresas, bem como programas de capacitação e especialização permanentes.

4. Uma nova política agrícola

A política agrícola é o conjunto de medidas e instrumentos de que o governo dispõe para estimular a produção agropecuária e orientá-la de acordo com seus objetivos. Buscando também aumento de renda para todos pequenos e médios agricultores que produzem alimentos.

A implantação da reforma agrária será complementada com medidas de política agrícola, que:

- * garantam preços compensatórios aos agricultores. Ou seja, o governo garantirá preços acima do custo de produção, representando um aumento de renda para pequenos e médios agricultores;
- * o Estado garantirá o comércio (transporte e armazenagem) e estimulará a produção de todos os produtos básicos para alimentação, e, em caso necessário, subsidiará o consumo, fazendo com que toda população tenha acesso ao mínimo necessário, para eliminar completamente a fome no país. Deve-se evitar a importação de produtos que se pode produzir aqui;

- * deverá haver um seguro agrícola para garantia do valor do trabalho e da produção do agricultor;
- * o crédito rural dos bancos públicos será orientado para investimentos e para as atividades prioritárias da reforma agrária, investimentos sociais, e programas subsidiados;
- * o Estado deverá estimular o uso de técnicas de irrigação e outras técnicas necessárias em todas as unidades de produção em que for possível, para que, se possa ter aumento da produtividade em todo o país;
- * incentivo à formação de Bancos de Sementes, associativos, para assegurar o acesso e melhoria dos insumos utilizados.

5. A industrialização do interior do País

O programa de reforma agrária deverá ser um instrumento para levar a industrialização ao interior do país, promovendo um desenvolvimento mais harmônico entre as regiões, gerando mais empregos no interior e criando oportunidades para a juventude. Nesse sentido:

- * o processo de desenvolvimento deve eliminar as diferenciações existentes entre o meio urbano e o meio rural. As condições de vida devem se equiparar e, portanto, o programa de reforma agrária deve representar o desenvolvimento para todo interior do país;
- * instalar agroindústrias nos municípios do interior buscando o aproveitamento de todos produtos agrícolas gerando mais empregos, aumentando a renda e criar alternativas para produção;
- * as indústrias vinculadas à agricultura, que produzem insumos ou máquinas, devem ser descentralizadas e instaladas no interior.

6. O desenvolvimento do semi-árido (Programa de irrigação e combate à seca no Nordeste)

Na região do semi-árido, localizada no Nordeste do país e que abrange vários estados, vivem milhares de famílias de camponeses, que têm na agricultura sua única alternativa de subsistência. Essa região é assolada pelas condições climáticas de secas periódicas e pelo domínio dos "coronéis". O governo deve implementar um programa especial adequando às características dessa região, de forma a solucionar o problema e que:

- * distribua aos camponeses as terras próximas a rios, açudes, canais e barragens existentes construídas com recursos públicos, bem como às margens dos rios perenes da região (São Francisco, e outros);
- * implementação de um amplo programa de irrigação que viabilize a agricultura permanente na região, beneficiando os pequenos agricultores e estimulando a criação de animais e cultivos adaptáveis à região;
- * implementar agroindústrias e pequenas indústrias que promovam o desenvolvimento e fixem o homem na região;
- * construção de reservatórios, captação e democratização de uso da água, com recursos públicos e construção de reservatórios nas regiões e democratização de uso das águas;
- * garantia de compra de toda a produção.

7. Um novo modelo tecnológico

O atual modelo tecnológico adotado na agricultura visa apenas o lucro das empresas produtoras de insumos. Predatório dos recursos naturais: solo, água, clima, fauna e flora, e sobretudo, prejudicial ao ser humano, tanto pela contaminação dos produtos no uso de agrotóxicos, como por comprometer os recursos naturais para as gerações futuras.

Deve-se desenvolver pesquisas e técnicas adequadas a cada região, buscando o aumento da produtividade do trabalho, das terras, mas preservando o meio ambiente e os recursos naturais.

Utilização de técnicas adequadas e desenvolvimento de programas massivos de capacitação técnica dos agricultores em todas as regiões do país, especializando quadros em áreas específicas do novo modelo tecnológico.

Implementar pesquisas e técnicas agropecuárias que levem a um novo modelo adequado à realidade nacional e de desenvolvimento auto-sustentado, envolvendo universidades e a pesquisa participativa.

Os serviços de assistência técnica e de extensão rural do Estado deverão estar voltados para as prioridades da reforma agrária e para a implementação desse novo modelo tecnológico.

Democratização do acesso à genética vegetal e animal.

8. O desenvolvimento social

O desenvolvimento da produção agropecuária e agroindustrial deverá ser acompanhado de um amplo programa de atendimento social, por parte do Estado, que garanta a toda a população do interior:

- * alfabetização de todos, jovens e adultos;
- * garantia de escola pública gratuita até o segundo grau, em todos municípios, com ensino adequado à realidade local. Garantia de que os jovens possam ter acesso e capacitação ao ensino superior;
- * valorização dos professores do meio rural, garantindo-lhes remuneração justa e integrando-os às atividades da comunidade;
- * atendimento médico-hospitalar, programas de medicina preventiva gratuitos;
- * implementação de programas da construção de moradia para todos;
- * amplo programa de cultura e lazer a todos trabalhadores do meio rural;
- * democratização dos meios de comunicação social.

IV - Os mecanismos de implementação do programa

A correlação de forças existentes atualmente em nossa sociedade favorece as classes dominantes, que controlam o governo e as leis. Os interesses dos latifundiários, da burguesia e do capital estrangeiro possuem ainda uma enorme força para manter por muito tempo a atual situação.

Para que possamos alimentar esse programa e torná-lo realidade, depende de dois fatores básicos:

1. Mobilização popular

Somente com a construção de um amplo movimento popular que reúna milhões de explorados e interessados nas mudanças na sociedade, se poderá alterar a atual correlação de forças e viabilizar o programa proposto. Para isso é necessário, massificar, ampliar a participação popular, as lutas e as mobilizações, cada vez mais garantindo que as mudanças sejam sustentadas por uma ampla participação popular, antes e durante o processo de mudanças.

As conquistas atuais de assentamentos, associações, cooperativas e organizações sociais, fazem parte do processo de mobilização e acúmulo de forças para realização de uma reforma agrária ampla. A luta cotidiana irá modificando e ajustando na prática este programa.

2. A ação do Estado Democrático e Popular

Essas mudanças dependem necessariamente de que o Estado, seja o instrumento fundamental de implementação das propostas.

Seguramente deverá ser um Estado diferente do atual. Deverá ser gerido democraticamente, com ampla participação das massas e buscando sempre o bem comum.

Por outro lado, deverá haver um novo nível de colaboração e complementariedade, entre os governos federal, estadual e municipal.

Ocupar. resistir. produzir

Reforma Agrária Compromisso de todos

*Fernando Henrique Cardoso**

Em agosto de 1996, o Conselho do Programa da Comunidade Solidária realizou reunião sobre a reforma agrária da qual participaram representantes do governo e da sociedade civil envolvidos com o tema. Compareceram os ministros da Política Fundiária e da Agricultura, um representante dos proprietários rurais, dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de conselheiros do Programa da Comunidade Solidária.

Não obstante a persistência de divergência entre trabalhadores, proprietários de terra e governo, a discussão deixou claro que o processo de profundas transformações em curso no meio rural era irreversível. Mais do que isso, os três setores lograram redigir documento inédito em discussões sobre os conflitos do campo, com sete pontos de consenso sobre a reforma agrária:

- a) uma política de desenvolvimento rural é necessária e deve incluir a reforma agrária, assim como o fortalecimento da agricultura familiar;
- b) o processo de reforma agrária exige a ação articulada dos diversos órgãos e dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), bem como dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- c) a execução da reforma agrária precisa de procedimentos burocráticos mais ágeis e eficientes e do aumento da capacidade administrativa do governo;
- d) a realização efetiva da reforma agrária exige a alocação e a liberação dos recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento das metas fixadas pelo governo;
- e) a legislação agrária brasileira precisa ser atualizada e os processos jurídicos acelerados;
- f) o desenvolvimento sustentável dos assentamentos é condição imprescindível para o sucesso da reforma agrária;
- g) todo esse processo exige parcerias entre os diversos atores governamentais e não-governamentais.

Essas são, na verdade, as diretrizes que têm guiado a ação atual do governo para corrigir uma estrutura agrária inadequada e injusta, herdada dos tempos coloniais. E muito tem sido feito. O número de assentamentos de famílias sem terra em 1996 foi cinco vezes maior do que a média anual de qualquer governo anterior. Os procedimentos jurídicos para a desapropriação foram simplificados, enquanto os recursos financeiros foram aumentando e liberados com maior rapidez.

A revisão do Imposto Territorial Rural (ITR), aprovada em dezembro de 1996, elevou de 4,5% para 20% a alíquota sobre a grande propriedade improdutiva, ao mesmo tempo que simplificou e facilitou a cobrança do imposto. O novo ITR, por si só, introduz verdadeira revolução na estrutura fundiária do país.

Paralelamente, o governo, juntamente com o Congresso, vem tomando medidas rigorosas para coibir a violência e combater a impunidade. No plano legal, já foi aprovada a lei que qualifica como crime o porte não autorizado de armas. Também já foi sancionada a lei que transfere da Justiça Militar, para a Civil, a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida praticados por policiais militares. Outra lei, aprovada mais recentemente, tipifica o crime

de tortura. Por fim, encontra-se na Câmara dos Deputados proposta de emenda constitucional que atribui à Justiça Federal competência para julgar violações contra os direitos humanos definidos em lei.

No plano administrativo, a ação conjugada da Polícia Federal e de forças militares com vistas ao desarmamento em áreas de conflito é ação preventiva que pode reduzir significativamente a violência no campo.

O atual governo, ao longo de seus quatro anos, terá assentado pelo menos, 280 mil famílias, ou seja, cerca de 25% a mais do que foi feito em todos os governos federais anteriores somados, desde 1964. Mas cada vez fica mais claro, para o governo e para a sociedade, que só assentar não basta. Dos assentamentos feitos até 1994, cerca de 40 mil famílias abandonaram suas terras, enquanto que as demais permanecem na condição de assentados, vivendo, total ou parcialmente, às caustas dos programas de assistência do governo.

O desafio da reforma agrária continua a ser, em primeiro lugar, o de dar terra a quem não a tem, mas passa a ser, cada vez mais, igualmente o de assegurar que o assentado possa transformar-se em agricultor produtivo e rentável.

Este é o objetivo do conjunto de programas novos, que o governo já lançou e está por lançar. Eles partem do pressuposto de que é preciso integrar mais estreitamente as ações do governo federal em favor dos assentamentos; descentralizar muitas das iniciativas para o nível estadual ou municipal; e por fim, ampliar as parcerias com a sociedade.

O governo está buscando a sua parte. Está fazendo mais do que foi feito em qualquer período anterior, sob qualquer ponto de vista. Mas está ciente também de que mais terá que ser feito, pois o problema não se reduz à questão, embora verdadeira, de uma estrutura fundiária iníqua. Ela reflete hoje, igualmente, a libertação da mão-de-obra, decorrente da profunda transformação do sistema produtivo no campo. O que ocorreu na Europa, no século passado, repetiu-se no Brasil da segunda metade do século XX.

O objetivo da reforma agrária não deve ser necessariamente de aumento da produção agrícola, mas sim o de criar empregos produtivos e rentáveis para os milhares de brasileiros que buscam o seu sustento no campo. As ações de reforma agrária, por isso, devem estar acompanhadas de programas de apoio ao pequeno agricultor e de geração de emprego no campo, tal como vem ocorrendo.

A questão agrária não é, portanto, apenas econômica. Ela é sobretudo social e moral. E só poderá ser resolvida mediante a integração dos esforços das três instâncias de governo e de um compromisso efetivo de toda a sociedade.

O Brasil é um dos poucos países com verdadeiras condições de gerar empregos no campo, pela possibilidade de estender suas fronteiras agrícolas, pela disponibilidade de tecnologia e por um mercado consumidor em expansão, sobretudo após o Real.

As condições estão dadas, assim, para corrigir estruturas e relações iníquas herdadas da época colonial. Um governo democrático tem o dever de atribuir prioridade às ações que visem a reduzir formas de exclusão e a promover a justiça social. Mas, por ser democrático, tem também um compromisso com a lei. Porque é justamente o desrespeito à lei e à complacência secular com o desrespeito à lei que explicam, ainda que não justifiquem, a violência e as reiteradas violações aos direitos humanos no campo.

O problema da terra, tão antigo quanto o país, não poderá ser resolvido por um governo. Talvez, por uma geração. Mas para se fazer uma longa marcha, é preciso dar o primeiro passo. E este já foi dado por este governo.

* Presidente da República.

Jornal do Brasil

13/04/97